



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 10/2024
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 20-12-2024**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 10 da Sessão Ordinária de 20-12-2024

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -20 de dezembro de 2024-----

INICIO - Quinze horas e quinze minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

1ª SECRETÁRIA- Júlio César da Costa Loureiro.....PS

2ª SECRETÁRIA -Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

MEMBROS - Paulo Henrique Nisa MarianoFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Rosa Maria da Costa ReisFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

António José Mendes da Fonseca Marques AntunesPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia.....PS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

José António Borges LigeiroFAP

António Graça LapãoFAP

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Micaela Miranda DurãesFAP

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Gonçalo Andrade de Oliveira.....FAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro Jorge.....BE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS

(Lavos) José Coelho Henriques da SilvaPS

(Maiorca) Rui Pedro Pinto FerreiraPS



(Marinha das Ondas) José Alberto Jordão SuzanaPS
(Moinhos da Gândara) Gilberto Fajardo OliveiraPSD
(Paião) José Alberto da Silva CarvalhoFAP
(Quiaios) Ricardo Manuel Rodrigues SantosPS
(São Pedro) Sérgio Alexandre Resende MarquesPS
(Tavarede) Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde) Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS
Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

José Duarte Pereira, João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Mafalda Reis de Azevedo, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Célia Maria da Silva Morais, Jorge Aniceto Pimentel dos Santos e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz.-----

SUBSTITUIÇÕES

Mafalda Reis de Azevedo por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, Jorge Aniceto Pimentel dos Santos por Sérgio Alexandre Resende Marques e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz por Maria Adelaide Gaspar Gonçalves.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dou conhecimento ao plenário da ausência, por motivos pessoais e familiares, do Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte Pereira, razão pela qual coordenarei os trabalhos e assumirei nesta sessão as funções de Presidente.-----

Nos termos do n.º 3 do art.º 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, nesta Sessão da Assembleia Municipal, o Primeiro Secretário será Júlio César da Costa Loureiro, e proponho que se eleja para Segundo Secretário da Mesa a deputada municipal Isabel Guardão Tavares."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Victor Santos Madaleno, Célia Silva Morais e Susana Oliveira Monteiro, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Presidente e eleger Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa nesta sessão da Assembleia Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023, REALIZADA EM 29 DE



**DEZEMBRO DE 2023 E DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DE 31 DE JULHO
E 14 DE NOVEMBRO DE 2024**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação as atas da 2.ª reunião da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2023, realizada em 29 de dezembro de 2023 e das sessões extraordinárias de 31 de julho e 14 de novembro de 2024."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Victor Santos Madaleno, Célia Silva Morais e Susana Oliveira Monteiro, deliberou:-----

1 - Por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, sete abstenções dos membros do Partido Socialista, Carlos Neves Batata, José Coelho Silva, Rui Pinto Ferreira, Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, Rosa Costa Reis e José Augusto Mateus, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da 2.ª reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023, realizada em 29 de dezembro de 2023;-----

2 - Por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, nove abstenções dos membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, Clarisse Silva Oliveira, José Jordão Suzana e Sérgio Resende Marques, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, Rosa Costa Reis e Isabel Guerreiro Maia, do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 31 de julho de 2024;-----

3 - Por maioria, vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, oito abstenções dos membros do Partido Socialista, José Fernando Correia, José Cunha Carvão, Ricardo Manuel Santos, Sérgio Resende Marques e Vitor Gonçalves Alemão, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e Edgar Pedrosa Gonçalves, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 14 de novembro de 2024.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

• Cerimónia de assinatura do contrato de empreitada referente à «Criação de Habitação a Custos Controlados para Arrendamento Acessível - Imóveis Ministério da Defesa, construção do bloco 4 - 24 fogos»-----

• Sessão de encerramento do Projeto «Quinta Ciência Viva do Sal», EEA Grants, na Salina Municipal do Corredor da Cobra, Lavos-----

• Inauguração da Árvore de Natal «gigante»-----

• Cerimónia de Inauguração da exposição «Presépio na Coleção de Maria Cavaco Silva», no Mosteiro de Santa Maria de Seiça-----

Convites de:-----

- Guarda Nacional Republicana para a Cerimónia Militar comemorativa do aniversário da Unidade de Controlo Costeiro e Fronteiras-----

- Lions Clube da Figueira da Foz para a Conferência do Doutor Laborinho Lúcio---

- Guarda Nacional Republicana para a Cerimónia Militar do Juramento de Bandeira do 56.º Curso de Formação de Guardas-----

- Guarda Nacional Republicana - Unidade de Controlo Costeiro e de Fronteiras para o Seminário «A imigração em Portugal - Integração e Segurança»-----

- Administração do Porto da Figueira da Foz para as Comemorações do Dia do Porto da Figueira da Foz-----

- Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para a sessão de lançamento do Prémio João Ataíde 2024-----

- Águas da Figueira, S.A. para um Almoço Convívio de Natal-----

- Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M. para a Festa de Natal que a empresa organiza para as crianças residentes nos bairros sociais sob a sua gestão-----

- Confraria do Arroz Doce de Maiorca para o IV Capítulo de Entronização dos seus Confrades-----

- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para o lançamento da 5.ª Antologia «A Cor da Minha Alma»-----



- Associação Naval 1893 para a 1.ª jornada da Divisão de Elite da AFC-----
- Associação Bodyboard Foz Mondego - Press Release- Figueira SuperKids Campeonato Distrital de Surf e Bodyboard Esperanças-----
- Conselho de Moradores da Borda do Campo para Inauguração de alargamento de ERPI e 45.º Aniversário da associação-----
- Centro Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município da Figueira da Foz para convívio na sede da Escola de Samba Novo Império-----
- Magenta para a inauguração da exposição de fotografia intitulada «A Grande Viagem e o Poema do Meu Menino Jesus» de António Cachulo Guardado-----
- Grupo Recreativo Vilaverdense para o Encontro de Dança «Bailias 2024»-----
- Magenta para a apresentação do livro «Os trinta nomes de Deus» de Bruno Paixão
- Escoteiros de Maiorca para uma Noite de Fados de angariação de fundos-----
- Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para o Encontro de Bandas 2024
- Fundação Dionísio Pinheiro para Exposição Narrativa de Cerâmica do Outeiro----
- Movimento Cívico Popular para uma Sessão de Esclarecimento sobre a exploração de caulinos e os seus impactos-----
- Sociedade Musical Recreativa, Instrutiva e Beneficente Santanense para o Concerto de Gala dos 130 anos-----
- Sociedade Boa União Alhadense para o XXIII Encontro de Filarmónicas-----
- Magenta para uma exposição de pintura no Hospital Distrital da Figueira da Foz
- Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego-----
- Freguesia de Bom Sucesso para uma Caminhada do Terror-----
- Edições Cosmos para a apresentação do livro «Camões Altos Cumes Scabelicastro e Correlatos»-----
- CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo para o evento solidário «Sopas de São Martinho»-----
- Fábrica da Igreja Paroquial de Maiorca e a Mordomia do Divino Senhor da Paciência para a Festa do Senhor da Paciência de Maiorca-----
- Freguesia de Alqueidão para o evento «Na Outra Margem» que incluía Atelier para a Infância, Oficina de História da Alimentação e Percurso Cisterciense pelas Capelas da Freguesia até ao Mosteiro de Seiça-----
- Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Gândara para as tradicionais Tasquinhas de São Martinho-----
- Magenta para uma Exposição Coletiva de Outono-----
- Conselho Económico da Igreja Paroquial de Tavarede para a festa em honra de São



Martinho-----

- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para a tomada de posse da nova Direção-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a inauguração da escultura inicialmente concebida por Belarmino Morgadinho e Conceição Ruivo, para assinalar o Dia Nacional do Mar-----
- Associação das Coletividades do Concelho da Figueira da Foz para o 3.º Encontro Concelhio de Dirigentes Associativos da Figueira da Foz 2024 - LÍDER-----
- Fundação Dionísio Pinheiro para Recital de Piano com Christina Margotto-----
- Associação Bodyboard Foz Mondego em conjunto com os fotógrafos Figueirenses Pedro Agostinho Cruz e João Serpa, para a inauguração de uma exposição fotográfica que comemora os 30 anos da primeira Associação de Bodyboard do país-----
- Freguesia de Buarcos e São Julião para a inauguração do Mercadinho de Natal---
- Freguesia de Alqueidão para a inauguração do Mercado de Natal-----
- Freguesia de Bom Sucesso para a inauguração do Mercadito de Natal 2024-----
- Centro Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município da Figueira da Foz para o Jantar do seu 56.º aniversário-----
- Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para um Concerto de Natal----
- Magenta para a inauguração da 25.ª Exposição Coletiva de Natal-----
- Freguesia de Marinha das Ondas para a inauguração do Mercadinho de Natal-----
- Magenta para a inauguração de exposição de João Sobreira no Hospital Distrital da Figueira da Foz - Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Uriel Silva Oliveira.-----

URIEL SILVA OLIVEIRA: "Já não é a primeira, nem a segunda, nem a décima, nem a vigésima vez que eu aqui venho.-----

É que, não a Câmara Municipal, mas sim os senhores que trabalham no Departamento do Urbanismo, passaram licenças para construção em terreno dos meus pais, registado nas Finanças e na Conservatória do Registo Predial.-----

Estou farto de fazer estas reclamações, mas por causa da grande corrupção que se encontra lá dentro, naquele grupo, não conseguem fazer nada. Deitam tudo para o caixote do lixo.-----

Agora, fizeram lá mais outra construção na minha rua, também no nosso terreno. No dia 12 de julho deste ano, apresentei uma queixa nesta Câmara. Tenho cá vindo



duas, três vezes por semana. Não venho cá de propósito. E a resposta é que essa reclamação se encontra nas mãos do Departamento de Planeamento e Urbanismo, e não passa dali. Ainda hoje cá estive na parte da manhã, não vim cá de propósito, mas passei por cá.-----

Elas telefonam do balcão do atendimento, mas ninguém atende. A senhora, sei que está a trabalhar no outro lado, mas no fim do mês recebe o seu ordenado na mesma. Em relação à limpeza, o senhor MG também está com isto desde junho, e até hoje ainda não houve solução. Está lá um matagal junto às casas. Farto-me lá de matar ratos e cobras no verão, e os outros vizinhos a mesma coisa. Toda a gente reclama e ninguém faz nada.-----

E porquê? Devido à grande corrupção que se encontra dentro do Departamento de Planeamento e Urbanismo. A Câmara não é culpada.-----

O Presidente da Câmara não está aqui. Não sabem porquê? Mas eu vou-vos contar. Porque ele anda de Figueira/Lisboa, Lisboa/Figueira, a passear, no tempo em que devia fazer aqui os seus trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhor Uriel limite a sua intervenção aos assuntos que pediu para falar. O senhor Uriel não pode tecer este tipo de considerações"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Uriel Silva Oliveira.-----

URIEL SILVA OLIVEIRA: "A senhora, por favor, deixa-me falar."-----

Ele vai para o Comício do Partido Social Democrata sem ser convidado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhor Uriel ultrapassou todos os limites na sua intervenção, razão pela qual lhe vou retirar a palavra."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu só queria dar aqui uma nota de que o Presidente da Câmara está cá. Pediu-me para iniciar esta sessão porque está com reuniões.----- Mas vai-se juntar a nós, daqui a pouco."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão José Azenha Batata.-----

JOSÉ AZENHA BATATA: "Estamos aqui, cidadãos do Casal Novo e Saibreira da Freguesia de Quiaios, para mostrar a nossa insatisfação perante o Município.-----

Primeiro ponto - O Plano de Atividades da Câmara Municipal do ano 2023, contemplava o alcatroamento de algumas ruas do Casal Novo e Saibreira. Estamos no fim de 2024 e ainda não fomos contemplados.-----

As restantes, há mais de 30 anos, nunca tiveram intervenção. Com certeza, estamos no norte do Concelho, somos os mais conhecidos, não sei porquê.-----



Segundo ponto - O saneamento estava previsto para o ano 2025, e de acordo com a informação da Junta de Freguesia de Quaiaios, passou para 2028.-----

Julgamos já ter esperado tempo demasiado.-----

Terceiro ponto - Colocação de BIPs (iluminação pública) na Rua das Covitas e Rua do Moinho, já pedido pela Junta de Freguesia.-----

Termino, desejando a todos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo em nome dos moradores do Casal Novo e Saibreira."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Esmeralda Maria Antas.-----

ESMERALDA MARIA ANTAS: "Cumprimentos especiais à Presidente da Assembleia Municipal e à Vice-Presidente da Câmara, extensivos, como é óbvio, a todos os restantes.-- Venho aqui nestes preciosos cinco minutos apenas para ver se consigo uma informação sobre uma correspondência, que troquei com o Presidente da Câmara Municipal, acerca de um prédio sito no n.º 1 da Rua Rancho das Cantarinhas da Freguesia de Buarcos e São Julião.-----

Esse prédio tem uns caldeiros amarelos pendurados pertencentes a uma empresa que, suponho eu, foi quem o construiu já há mais de uma dezena de anos.-----

Aliás, já contatei Presidentes anteriores para retirarem também um contentor que tinham por baixo desses caldeiros amarelos cheios de pedras e tijolos e que estava a ocupar a parte ajardinada.-----

E, agora, gostaríamos de ver retirados aqueles baldes e não conseguimos. A Administração de Condomínio que já nos deu uma resposta pouco credível sobre a atuação da Câmara Municipal, diz que não é possível tirar aquilo.-----

Esta é mais uma tentativa que eu faço para ver se aquilo sai daquela parede, porque já é uma vergonha e realmente acho que é abusar da paciência das pessoas que lá moram.-----

Quando houve vento, aqui há uns meses atrás, os baldes batiam na parede, faziam um barulho ensurdecador, tiveram de ir lá os bombeiros para prender ainda mais os baldes. Por isso, eu percebo que retirá-los vai ser difícil.-----

Eles foram lá postos à revelia dos Condóminos. Estão agarrados à parede com uns parafusos enormes e eu sei que tirá-los vai estragar a parede. Será esse talvez um dos motivos por que a empresa se recusa a retirá-los, mas estamos a tentar ver se conseguimos alguma coisa.-----

Eu escrevi ao Presidente da Câmara, tive oportunidade de ver que estiveram lá funcionários da Câmara, pouco depois da carta enviada, a falar com uma das senhoras



da Administração do Condomínio e, simplesmente, nem ela nem a Câmara me comunicou nada, e eu não sei em que pé está a situação.-----
Portanto, é só para deixar mais um apelo, e gastar uns cinco minutos que eu sei que são preciosos para outras coisas, para ver se tentamos resolver o problema daquele prédio.-----

Muito obrigada e Boas Festas a todos os presentes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu, só agora, tive conhecimento dessa situação, confesso.-----

A senhora não quis dizer o nome, mas queria dar nota aqui à Assembleia que é a Habiserve.-----

Como todos sabem, nós andamos a lutar com esta empresa, com muitos outros processos, mas, de facto, não tem sido fácil. Eu iria mesmo questionar se já tinha falado com o Condomínio e qual era a posição do mesmo.-----

De qualquer maneira, eu vou pedir para entrar em contacto consigo para depois vir falar comigo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Marina Noronha Magalhães.-----

MARINA NORONHA MAGALHÃES: "Eu venho por este meio expor uma questão relacionada com o Plano Diretor Municipal na área onde resido, solicitando a vossa atenção e, se possível, a vossa intervenção.-----

A situação que aqui apresento refere-se à minha única residência, que, no entanto, se encontra registada como garagem e arrumos no Plano Diretor Municipal, no âmbito do processo 19/2013.-----

Esta situação impossibilita-me de legalizar o imóvel como habitação, o que me deixa numa posição de fragilidade e desconforto, dado que é o único lugar que tenho para viver.-----

Acresce, ainda, que o imóvel não dispõe de número de porta, o que complica ainda mais a minha situação.-----

Deste modo, venho solicitar, com todo o respeito e compreensão, que seja analisada a possibilidade de proceder a uma alteração do Plano Diretor Municipal nesta área específica, de forma que a minha residência possa ser regularizada como habitação.-----

Estou ciente dos processos e critérios envolvidos neste tipo de decisão, mas faço este apelo com a esperança de que seja encontrada uma solução que me permita



regularizar a minha situação.-----

Agradeço desde já a vossa atenção e disponibilidade, e fico à disposição para fornecer qualquer informação adicional necessária ou para colaborar no que for possível neste processo.-----

A todos quero desejar uma continuação de Boas Festas e muito obrigada pela vossa atenção."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Luis Pedro Medina.-----

LUIS PEDRO MEDINA: "Uma breve reflexão antes de transmitir o que aqui escrevi.

Antes de vir para cá, passei pelo Cemitério de Brenha e vi lá tantas caras conhecidas, tanta gente que trabalhou para aquela terra, para a dignificar, para valorizar a melhor coisa que nós tínhamos, que era a cultura, um respeito e um valor de cidadania. E agora, sabe-se lá porquê, há alguns que ainda não tinham nascido na altura, que não conhecem Brenha, a sua história nem as suas tradições, que têm o condão de chumbarem a minha Terra, a minha Freguesia.-----

Isto fica como reflexão para todos aqueles que estão aqui presentes e, dentro dos vossos conhecimentos, transmitirem a Lisboa àqueles que votaram não e àqueles que votaram pela abstenção.-----

A razão da minha intervenção prende-se com o noticiado indeferimento do Projeto de Brenha a Freguesia pela Comissão do Poder Local da Assembleia da República, com os votos contra do Partido Social Democrata e do Chega, abstenção do Partido Socialista e a favor do Partido Comunista Português.-----

Antes, porém, quero aqui enviar um abraço a toda a população de Santana por ter conseguido, já nesta fase, que o seu Projeto fosse aprovado.-----

Igualmente, uma palavra de solidariedade às populações envolvidas nos Projetos de Buarcos e São Julião, e de Borda do Campo e Paião, que viram os mesmos serem igualmente rejeitados.-----

Excelentíssimos senhores, em 2013, os Brenhenses foram julgados e condenados e nunca até à presente data souberam que crime cometeram. Brenha deixou de ser Freguesia, retalhada por duas: Alhadas e Quiaios.-----

Porém, na Ata da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, de 8 de outubro, que depois tem continuidade em 12 de outubro de 2012, não consta que Quiaios ficaria com uma parcela significativa do território de Brenha, assim como «parte da sua população».-----

Na mesma Ata, a Assembleia Municipal propôs, entre outras, a seguinte agregação



que cito na íntegra: «As freguesias de Alhadas e de Brenha passando a nova freguesia a dominar-se de Freguesia de Alhadas, com sede na Vila de Alhadas».-----

Ao ter omitido na referida Ata o facto de Brenha também ter sido parcialmente agregada pela Freguesia de Quiaios julgo que se estará perante um erro grave que poderá ter sido a causa do indeferimento do processo de Brenha a freguesia. O procedimento da queda da minha Terra foi de «régua e esquadro». Nada nem ninguém foi respeitado!-----

Julgo mesmo que toda esta situação é de duvidosa constitucionalidade.-----

Meus senhores, os Brenhenses não querem de novo serem julgados e condenados. Brenha cumpre todos os requisitos para voltar a ser freguesia ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho. Igualmente, a população de Brenha deseja que a sua Terra volte de novo a ter independência autárquica.-----

Pelo exposto, solicito ao Presidente da Assembleia Municipal da Figueira da Foz que diligencie com carácter de urgência no sentido de solicitar à Comissão do Poder Local as razões devidamente fundamentadas, que não levantem qualquer tipo de ambiguidade dos motivos do indeferimento.-----

Ou seja, desejaríamos ser esclarecidos se a decisão de indeferimento se deve ao nosso desejo de autonomia violar objetivamente algum dos requisitos legais contemplados na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, ou se deve tão só à simples vontade partidária, desrespeitando a vontade de uma população.-----

A resposta da Comissão deve ser efetuada em tempo útil para os eventuais esclarecimentos que se julgarem convenientes serem remetidos antes da votação do Plenário (que deve ocorrer na primeira quinzena de janeiro de 2025).-----

Só para terminar, por Brenha, pelo nosso Concelho e por Portugal!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Nisa Mariano.

PAULO NISA MARIANO: "Ouvi atentamente a intervenção deste cidadão da Freguesia de Brenha e é só para manifestar aqui o meu apoio a estas pretensões, porque Brenha efetivamente merecia que não se anulassem as suas tradições.-----

E com a divisão que fizeram das freguesias, há não sei quantos anos, anularam quase por completo as tradições de Brenha e as suas gentes e as pessoas que faziam parte da Freguesia ficaram retalhadas.-----

Efetivamente, como foi aqui dito, há uma povoação denominada Cova da Serpe que agora é toda de Quiaios, mas que sofre.-----

Não estou aqui a atacar a Presidência da Freguesia de Quiaios, nada disso, mas efetivamente, Brenha que conheço com algum pormenor, merecia efetivamente outra



decisão.-----
Não obstante, há uma coisa aqui que nunca foi feita quando fizeram as agregações das freguesias, que foi repensarem nos mapas das freguesias.-----
É que nós estamos a olhar para as freguesias do Município que foram definidas e há mais de 100 ou de 150 anos e que não fazem sentido nenhum hoje.-----
Se Brenha vier a ser novamente freguesia as suas fronteiras, digamos assim, deviam ser devidamente repensadas, bem como as de todas as outras freguesias que se alteraram completamente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, peço desculpa, mas isto é para podermos falar todos sobre as intervenções, é porque se for para falarmos todos, estamos a ir contra o Regimento.-----
Mas também não é aceitável que um deputado fale e os outros estejam calados.----
Eu quero falar, mas vou contra o Regimento, porque ele não permite que os deputados municipais intervenham sobre as intervenções do público, nesta fase da sessão. Podemos intervir posteriormente.-----

Já que me permite, houve uma votação na Comissão do Poder Local, mas o processo ainda vai ao Parlamento. E entre a votação da Comissão e a votação no Parlamento pode haver alterações.-----

Portanto, não podemos desde já estar convictos de que esta é a resolução final. Se, eventualmente for esta a resolução final, eu próprio requeiro à Mesa que solicite as explicações devidamente fundamentadas das razões da recusa da pretensão desta Assembleia.-----

Até porque esta Assembleia votou unanimemente para que fossem desagregadas as freguesias e, portanto, concordamos com o que a população deseja.-----

Por isso, se eventualmente não for assim esta votação eu requeiro, desde já, à Mesa que peça as devidas explicações para podermos fazer o devido tratamento.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Depois da votação na Assembleia da República será mais difícil reverter a situação.-----

Sabendo a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal que a Comissão teve esta tendência, os Órgãos Autárquicos da Figueira da Foz talvez pudessem fazer alguma pressão, junto não sei bem de quem nem de que forma, para lhes relembrar a vontade das populações.-----



Aliás, até podiam lembrar a recente intervenção que teve o Primeiro Ministro, Luís Montenegro, sobre a vontade das populações."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Senhora Presidente da Assembleia Municipal, ou nós estamos num órgão que tem regras, ou não."-----

E o que nós estamos aqui a observar é o direito que cada um acha que tem de falar. Isto está errado! No Período de Intervenção do Público ninguém pode falar a não ser o Presidente de Câmara ou o seu substituto legal."-----

O que estamos a fazer é completamente ilegal e não é por uma pessoa pedir a palavra que esta lhe deve ser dada."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "Subscrevo exatamente as palavras do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, e era isso que eu ia dizer."-----

Regimentalmente nós podemos falar no Período de Antes da Ordem do Dia e não nesta fase. Portanto, não me parece que faça sentido estarmos aqui a prolongar este tema."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - BIOADVANCE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão."-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Não sei se todos os elementos da Assembleia Municipal tiveram conhecimento, mas procedeu-se a uma consulta pública dos elementos constantes no processo de licenciamento único ambiental da empresa Bioadvance no Porto da Figueira da Foz, sujeita a um procedimento de licenciamento ambiental ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto e Declaração de Retificação n.º 15/2013, de 29 de Outubro."-----

Essa consulta pública decorreu entre os dias 19 de novembro e 16 de dezembro."---

Os elementos constantes do licenciamento foram disponibilizados no portal Participa. Durante este período foram feitas 42 participações. Quero informar que a consulta pública foi encerrada, curiosamente, a 11 de dezembro, uma vez que tinha sido identificado que a instalação estava abrangida pelo regime de prevenção de acidentes graves, o processo foi indeferido ao abrigo do n.º 2 do art.º 36.º do Decreto-Lei 127/2013, de 30 de agosto."-----

Mais refiro que o sistema de indústria responsável SIR, regulamentado pelo Decreto-



Lei n.º 73/2015, de 11 de maio e pela Portaria n.º 235/2013, classifica esta indústria como tipo 1. E isto tem sido sonogado em todo este processo, por alguma razão.-----

E é atribuída às indústrias com maior impacto ambiental, riscos de segurança ou necessidade de licenciamento mais complexo, nomeadamente licenciamento ambiental, avaliação de impacto ambiental, licenciamento industrial, regime Seveso, implementado através da Diretiva Seveso III, pareceres complementares, restrições de localização, bem como obrigações operacionais.-----

Esta empresa não possui plano de segurança nem tem qualquer tipo de plano de evacuação. Trata-se de uma instalação que por lei, dada a sua capacidade de produção, deveria estar no mínimo a 1 quilómetro da população e, neste momento, está instalada a escassos 100 a 150 metros.-----

É muito grave a situação em que esta empresa se encontra e mais grave ainda é continuar a produzir de uma forma que é exatamente como se estivesse em produção completa.-----

Portanto, alguém tem de tomar uma atitude, alguém tem de ser responsável por isto, e perante este plano de segurança que não existe, senhor Presidente da Câmara, como Presidente da Proteção Civil, isto não o preocupa?-----

Estão em causa pessoas e bens de Vila Verde e da Figueira da Foz.-----

Segundo me parece o Presidente de Câmara não vai poder dar-me uma resposta agora, até porque se encontra ausente da sessão, razão pela qual eu peço a esta Assembleia Municipal para que me seja dada essa resposta por escrito e no prazo considerado legal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: “O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde continua a não dizer tudo, vai buscar umas coisinhas aqui e outras ali, mas não fala claramente sobre tudo.-----

Essa situação aconteceu, também tivemos conhecimento dela, mas foi com a Agência Portuguesa do Ambiente. Não teve nada a ver com a Câmara.-----

O deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão insistentemente continua a trazer esse assunto aqui, quando a responsabilidade que a Câmara Municipal tem é de licenciamento urbanístico.-----

O que nos foi dito é que houve um erro de procedimento, o processo estava mal instruído e voltou a ser instruído. Não tem nada a ver connosco!-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde já pensou em pedir, por exemplo,



a revogação e anulação deste contrato junto da Administração do Porto da Figueira da Foz? Já pensou em fazer isso? Já lá foi? Os senhores que lá estão, até são todos seus camaradas.-----

Continua constantemente a vir ao sítio errado, tem de ir à Administração do Porto da Figueira da Foz, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e à Agência Portuguesa do Ambiente.-----

A responsabilidade deste Município única e simplesmente tem a ver com o licenciamento urbanístico."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Eu fico espantado com este tipo de resposta. Senhora Vice-Presidente, então a Câmara Municipal não tem nada a ver com isto? A empresa está onde, em Pombal? Não! Está na Figueira da Foz!-----

E não tem plano de prevenção de acidentes. Se houver ali uma explosão, um dos responsáveis é o Presidente da Proteção Civil. Em caso de acidente é para isso que existe o Presidente da Proteção Civil. Senão estamos abandonados!-----

Então, o que é que a Câmara anda a fazer? Não olha pelos seus cidadãos? Não se preocupa com o seu bem estar? Com a sua saúde?-----

Pelo amor de Deus! Isto é algo que nunca pensei ouvir nesta Assembleia e, portanto, eu continuo a achar que tenho de ter uma resposta. Por isso, peço que uma resposta seja dada por escrito à Junta de Freguesia de Vila Verde sobre o que é que o Presidente da Proteção Civil vai fazer relativamente a esta empresa.-----

Está em causa a saúde de todos nós, não é a sua, nem a minha, é a de todos nós.-----

Afirmar que a Câmara não tem responsabilidades! Não! Tem responsabilidades! É a Câmara que zela pelos nossos interesses, nós e os cidadãos votaram nos seus representantes - o Executivo da Câmara.-----

Senão, o que é que estamos aqui a fazer?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão é uma pessoa muito baralhada.-----

Realmente, a Câmara tem responsabilidade no licenciamento urbanístico, mas só o pode fazer, obviamente, quando todas essas entidades (Agência Portuguesa do Ambiente e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) se pronunciarem e votarem favoravelmente.-----

Enquanto isso não acontecer, o Município não pode conceder qualquer tipo de



licenciamento.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde gosta muito de vir para aqui misturar estas coisas, mas eu repito: tem de ir ali ao fundo da rua falar com aqueles senhores e pedir a anulação do contrato. Comece por aí.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Ainda hoje tivemos um exemplo de uma pessoa que quer licenciar um espaço, que não tem qualquer tipo de problema, sendo apenas uma licença para o seu espaço habitacional.-----

Nós estamos a falar aqui de uma empresa que está a colocar em perigo todos nós e ponto final.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Esta parte da minha intervenção prende-se com Vila Verde. Os problemas ambientais no Concelho são imensos, alguns deles já tiveram as honras dos jornais, mas vou dedicar-me aos que se situam à montante do Rio Mondego, na sua margem direita, em Vila Verde, portanto.-----

Sobre os Caulinos na Feteira, refiro que à pergunta feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português sobre este mesmo assunto ao Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia, diz aquele Gabinete que os trabalhos de prospeção e pesquisa são pouco invasivos e que, por isso, não precisam de avaliação ambiental.-----

Diz ainda que, finda que esteja esta fase de pesquisa e prospeção, e caso se evolua para um contrato de exploração, esta atividade poderá estar sujeita a estudo de impacto ambiental. Ouviram bem? Poderá..., ou seja, eu não tenho a garantia de que posso estar descansada relativamente aos Caulinos.-----

Vila Verde vai ter um Parque Fotovoltaico que vai nascer no Vale de Murta. Depois, temos a Redes Energéticas Nacionais que anda a adquirir os terrenos na Feteira para a instalação de uma Central de Conversão e Distribuição Elétrica, mas que implicará certamente a instalação de torres e cabelagem aérea de alta tensão por zonas habitadas, com os consequentes riscos para a saúde de quem lá vive por baixo. Cá em baixo, temos a Central Ex-Termoelétrica de Lares, propriedade da Energias de Portugal que, como dizia hoje o Jornal Eco, está na calha para a produção de hidrogénio.-----

Temos a estrutura que a população de Vila Verde sempre chamou, até carinhosamente, de Penicão, e que o será ainda mais depois de receber a ligação do Emissário do



Sul. Temos a Fábrica de vidro, mas essa está ali há 100 anos, desde 1922.-----
Temos, a partir deste local, também a vedação que impede a aproximação das pessoas ao rio, com a implantação ali da via férrea. E, por fim, temos a Asfalcentro, que armazena betuminosos e ainda, mesmo ao lado, uma estrutura já montada, a funcionar em pleno ou em testes, mas sem licença de funcionamento. Aliás, estrutura que a Agência Portuguesa do Ambiente diz ter identificado, é a mesma instalação, como estando abrangida pelo Regime de Prevenção de Acidentes Graves, tendo indeferido o processo.-----

É tudo muito estranho! Mais estranho quando tendo sido feita uma Assembleia Municipal extraordinária, no passado mês de outubro, para responder a questões levantadas numa sessão anterior a essa, e onde esteve o responsável desta empresa, que fez uma intervenção, informando a Assembleia, que escondeu durante três anos, por causa das forças de bloqueio, que teve o cuidado de identificar, e pediu para o Presidente da Câmara confirmar em como tinha sido V.Ex.^a a querer negociar esta instalação.-----

Senhor Presidente da Câmara, negociou como Presidente da Câmara? Negociou como Presidente da Administração Portuária? Negociou em nome individual? A Coligação Democrática Unitária gostaria de ser esclarecida.-----

Nessa mesma Assembleia Municipal, que pretendia ser esclarecedora, foram feitas exposições de mapas e gráficos, com elementos que não foram distribuídos pelos eleitos da Assembleia Municipal e, provavelmente, deveriam ter sido.-----

A salvaguarda do meio ambiente e a saúde pública, dando prioridade efetiva à saúde das populações locais e, consequentemente, de toda a região, devia ser uma prioridade, e esta devia prevalecer sobre quaisquer interesses económicos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Nisa Mariano.

PAULO NISA MARIANO: “Eu não ficaria de bem com a minha consciência se não interviesse em relação ao tema que foi aqui falado entre o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde e a Vice-Presidente da Câmara da Figueira da Foz.-----
Talvez tenha sido o figueirense, por inerência das minhas atividades profissionais, que mais cedo tive conhecimento da construção daquele problema. Eu chamo-lhe um problema!-----

Chamei a atenção da Administração Portuária da altura que era um erro colossal autorizarem a construção daquele tipo de investimento naquele sítio. Até porque vai contra o desenvolvimento marítimo-portuário do Porto Comercial, em várias vertentes, que não vale a pena agora estar aqui a esmiuçar, pois demoraria muito



tempo.-----
E, portanto, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, eu percebo perfeitamente as suas preocupações e, enquanto Presidente de Junta, por maioria de razão tê-las-á.-----
Aconselho-o pública e vivamente a arranjar um escritório de advogados à séria para defender os seus pontos de vista.-----
Porque, efetivamente, aquilo é um problema grave que está ali. Que eu saiba nem esgotos têm, não têm nada. E, segundo desconfio o que se faz ali, penso que aquilo está a laborar já e apercebo-me que os esgotos são o nosso Rio Mondego. Parece-me a mim, não tenho eu a certeza, mas parece-me.-----
Posto isto, depois ouve-se aqui repetidamente nas Assembleias Municipais sempre este tema, e a Câmara Municipal e a Vice-Presidente da Câmara responderam muito bem.-----
Efetivamente, esta Câmara ou outra qualquer, pela legislação em vigor na República Portuguesa, não tem responsabilidade sobre a construção escandalosa daquela fábrica ali. Não tem? Podia ter, mas não tem. Que eu saiba, são informados, à posteriori, da autorização de construção da parte urbanística.-----
Portanto, a Câmara, por aquilo que eu vejo, está de pés e mãos atadas, ainda por cima numa fase terminal do projeto.-----
Temos aqui um problema na Figueira? Temos. Os habitantes da Freguesia de Vila Verde, especialmente da Fontela, lamento que vivam lá, porque tem dias que aquilo é um cheiro horrível, e ainda a procissão vai no adro.-----
Mas, estamos aqui a atirar bolas uns para os outros e não resolvemos nada.-----
O indivíduo que fez ali aquilo, que nem sede tem na Figueira da Foz, nem impostos paga na Figueira da Foz, continua a trabalhar lindamente e, portanto, isto é um problema complicado.-----
E, desejo sorte ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde e alguém que o apoie, como deve ser.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Queria em primeiro lugar enviar um abraço grande ao Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte Pereira, e um desejo que a situação tenha uma resolução rápida e tão completa quanto possível.-----
Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, o que perguntou era dirigido a mim ou ao Presidente da Comunidade Portuária?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide



Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Na sessão extraordinária, o responsável pela empresa Bioadvance pediu ao Presidente da Câmara para confirmar que tinha sido o Presidente a querer negociar a instalação daquela empresa ali e o senhor confirmou. Está gravado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não tenho ideia. Fala de uma sessão de outubro e eu não posso confirmar. O responsável da empresa não podia perguntar e eu não podia confirmar. Não negocie nada! Os silos já lá existem há muitos anos."-----

A Câmara não negociou nada porque não tem nada para oferecer. Não tem andares. Não tem nada. Não tem materiais. Aquilo é da competência estrita do Porto da Figueira da Foz, e o licenciamento industrial das entidades competentes do Estado Central. Agora, a Agência Portuguesa do Ambiente interferiu a meio da consulta pública. Não temos nada a ver com isso."-----

A Agência Portuguesa do Ambiente fez uma consulta pública. Participaram 42 pessoas. Tudo bem!-----

Se fizermos uma Assembleia Municipal extraordinária para decidir que não queremos cá nenhuma indústria não é só na Freguesia de Vila Verde, é no Concelho inteiro, porque os munícipes são todos iguais. Ou só se enxofram quando vêm para perto da Cidade e da zona urbana?!-----

Não pode ser só em Vila Verde. Então os munícipes de Marinha das Ondas não são gente?-----

Em Lavos quer que eu lhe dê a lista das empresas poluidoras? Ou só os que moram aqui é que têm direito a protestos por causa de poluição. Onde estão as grandes manifestações da Coligação Democrática Unitária contra a instalação das empresas que eu escuso de citar o nome?-----

Em Vila Verde, os silos que estavam lá da empresa de betuminoso, não os viu? Também não viu a Vidreira? Não sentiu o cheiro da Estação de Tratamento de Águas Residuais que lá está? Chamam-lhe o Penicão."-----

Como disse a Vice-Presidente há bocado, vão ali ao fundo da rua, à Administração do Porto da Figueira da Foz."-----

A Eng.ª Ana Heitor anunciou-me que vinha um investimento de Pombal para a Figueira da Foz. Qualquer investimento que venha para a zona do Porto nós não podemos fazer nada. Podemos dar um parecer, quanto muito."-----

Nós congratulámo-nos com o investimento que vem para a Figueira da Foz. Em 12 anos



de mandados anteriores, qual foi a grande empresa que veio para a Figueira da Foz e não era poluente?-----

Houve em Vila Verde uma manifestação da população porque é que não foi?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Como é que o senhor sabe que eu não fui."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Porque eu estive lá. É solidária com a população e grande militante antipoluição, e não foi?-----

Sabe, não são duas caras, são quatro, cinco, seis caras.-----

É o que eu tenho a dizer. Isto é um descaramento!!!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PAVIMENTAÇÕES NA FREGUESIA DE MAIORCA E REFORÇO DO APOIO ÀS ILUMINAÇÕES DE NATAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: "Irei falar de dois assuntos, um relacionado com a Freguesia de Maiorca e outro com todas as freguesias em geral.-----

Felizmente, a Freguesia de Maiorca durante o ano de 2023 teve as pavimentações referentes a 2022.-----

Esta Junta assumiu a pavimentação da Rua Regueira da Vale com o valor de 17.439,12 € tendo, na altura, comunicado com o Vereador Manuel Fernandes Domingues e havendo a referência de algum apoio.-----

O certo é que esta rua foi asfaltada em junho de 2023, já fizemos alguns pedidos continuamos a fazer e, efetivamente, como todos bem sabemos os asfaltamentos são da competência do Município e não das Juntas Freguesia. Ainda assim não quisemos deixar de fazer a pavimentação.-----

Se possível, gostaria apenas de saber se, eventualmente, esta verba será disponibilizada em breve porque, obviamente, acredito que sim.-----

Mais uma vez aqui no seguimento de algo que favorecerá, de alguma forma, todas as Juntas Freguesia, na penúltima reunião de Câmara, se bem me recordo, foi referido pelo Presidente de Câmara que ia haver um reforço de apoio à iluminação de Natal. Gostaria de saber qual é a verba desse reforço, tendo em conta que o que li na comunicação social é que o valor em causa ia ser adaptado ao investimento equivalente feito pelo Município este ano relativamente ao ano anterior.-----

Ou seja, de acordo com o que li, mais uma vez, o Município investiu o dobro do que



investiu no ano anterior, e queremos nós, Presidentes de Junta perceber qual será o apoio referido e, obviamente, quando será disponibilizado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Manuel Fernandes Domingues com a anuência da Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADOR MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “É verdade que foi solicitado esse apoio para a pavimentação da Rua Regueira da Vale, estando o processo a ser tratado.-----
Quanto à questão dos valores para as Juntas de Freguesia referentes ao apoio às Festas de Natal, para a árvore de Natal e iluminações, subiu para 5.000,00 € por freguesia. Para a Freguesia de São Pedro serão 7.000,00 €. Excluem-se as Freguesias de Buarcos e São Julião e Tavadrede.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C – SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÕES NO CASAL NOVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: “Referindo-me à intervenção do cidadão José Azenha Batata sobre a necessidade de pavimentação do Casal Novo. Naturalmente que a Junta de Freguesia compreende a frustração daquela população e a necessidade de pavimentação daquelas vias.-----

A Junta de Freguesia inscreveu-as no Orçamento de 2024, mas não foi possível executá-las em 2024. A indicação que temos é que elas irão ser executadas em 2025, mas os Vereadores terão, se assim entenderem, a oportunidade de confirmar esta minha informação.-----

O saneamento é naturalmente também uma preocupação e, obviamente, que recebemos com muito desagrado o facto do saneamento previsto para o Casal Novo ter sido transferido de 2025 para 2028.-----

Gostaríamos, naturalmente que, pelo menos, em 2028 houvesse essa obra e essa empreitada se tornasse uma realidade.-----

Relativamente à iluminação pública que tem sido pedida para algumas vias e que ainda não foi possível realizar, gostaríamos também de ter uma resposta do Município sobre essa matéria.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Manuel Fernandes Domingues com a anuência da Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADOR MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “É verdade que, na questão das pavimentações do Casal Novo, o processo está neste momento a ser elaborado para o Concurso a ser lançado no início do ano.-----

Também gostava, digamos, de descansar os munícipes do Casal Novo, referindo que o



Município até foi um bocado além daquilo que foi solicitado pela Junta de Freguesia. Por isso, o Casal Novo terá pavimento novo em 2025, no início, mas com as dificuldades de também colocarmos tapete em alguns locais por causa do saneamento. Não vai ser possível, quer dizer, é possível, mas depois vamos destruí-lo com o saneamento. Tem de haver sempre aqui algum equilíbrio entre onde se coloca o tapete e onde vai entrar o saneamento.-----

Quanto à iluminação pública, é um facto que há algumas necessidades. Temos que, ao longo do tempo, ir recolocando o que é necessário e o Presidente da Junta também sabe disso.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - RELATÓRIO DA AUDITORIA À DÍVIDA E PRONÚNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM RELAÇÃO AO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Apenas para colocar duas questões ao Executivo Municipal. Gostaria de saber se e quando poderemos ter acesso ao famoso Relatório da Auditoria sobre a dívida nos últimos não sei quantos anos, vinte e qualquer coisa, creio eu. E se nos é facultado um esclarecimento sobre a razão pela qual o documento está há tanto tempo na forja. Inclusivamente, o Presidente da Câmara em algum momento fez, aí nas redes sociais, um teaser como que acusando a receção do documento.-- Não sei se ele está concluído, se não está, presumo que sim, mas a verdade é que passaram uns meses sobre esse facto e nós não o temos ainda.----- Qual é a razão pela qual ele está há tanto tempo, como sói dizer-se, no prelo.-- A segunda questão era saber se nos pode ser dado conhecimento, se porventura já existe, pode ainda não existir, não sei, da pronúncia que o Tribunal de Contas tenha feito sobre o Aditamento ao Contrato de Concessão da Águas da Figueira, S.A.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em relação à Auditoria, o documento já estava concluído, quando o Presidente da Câmara lhe fez referência.----- Nós queremos levar o documento a reunião de Câmara e andamos aqui um bocadinho com dificuldade em articular com a Deloitte, porque nós achamos que eles devem estar presentes para apresentar o documento.-----

Até se pensou em fazê-lo na semana passada e falou-se na última reunião de Câmara em articular uma reunião extraordinária para a próxima semana para o podermos apresentar. Mas, de facto, depois tivemos dos auditores uma resposta de que não



podiam estar todos presentes.-----
Portanto, está pronto e brevemente ele vai mesmo ser apresentado.-----
Em relação ao Tribunal de Contas, eles devolveram o processo dizendo que não estava
sujeito a visto."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**E - NOTA DE DESAGRADO REFERENTE AO PARECER NEGATIVO DO GRUPO DE TRABALHO DA
COMISSÃO DE PODER LOCAL EM RELAÇÃO À DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS DE BUARCOS E
DE SÃO JULIÃO**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Maria Baptista.

ROSA MARIA BAPTISTA: "Eu pedi a palavra para vos trazer uma nota de desagrado que
já foi também levada à Assembleia de Freguesia, realizada há dois dias atrás, no
dia 18 de dezembro, e que tem a ver precisamente com a desagregação ou a não
desagregação das Freguesias de Buarcos e de São Julião.-----

O Executivo da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, ao ter conhecimento
pela comunicação social de que esta Freguesia não irá ser contemplada no processo
de desagregação, procurou de imediato obter respostas sobre os motivos para esta
decisão, tendo começado por contactar o Presidente da Associação Nacional de
Freguesias, Jorge Veloso.-----

Nesta sequência, recebemos a indicação para contactar com o Deputado da Assembleia
da República, Carlos Brás, que faz parte do grupo de trabalho constituído para
analisar os processos de desagregação, o que fizemos sem hesitar, tendo recebido
a explicação de que não há qualquer falha processual, nem falta de entrega de
qualquer documento no processo desta Junta de Freguesia.-----

Foi-nos explicado que o processo especial de desagregação ao abrigo da Lei n.º
39/2021, de 24 de junho, não se aplica à Freguesia de Buarcos e São Julião, já
que, em 2013, não houve uma união das freguesias de Buarcos e São Julião, mas sim
a extinção de ambas e a criação de uma nova, com alteração de limites geográficos.
Desta forma, o processo não foi recusado, simplesmente não pode ser apreciado, à
luz do referido processo especial. A lei que criou os limites aprovados em 2013
não pode ser revogada por esta lei especial.-----

Leio de seguida, o parecer do Grupo de Trabalho da Assembleia da República que
acompanhou o processo e me fizeram chegar: «Por efeito da reestruturação de 2013,
foi constituída a Freguesia de Buarcos e São Julião da Figueira da Foz, sem ser
união, cuja área não é igual à soma das duas freguesias anteriores, dado que uma
parcela passou para a Freguesia de Quaiaios, cujo processo não foi agora



considerado. A desagregação destas duas Freguesias não poderá respeitar, por isso, as condições em que foram agregadas anteriormente, n.º 3 do art.º 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho».-----

Em nome do Grupo de Trabalho que elaborou a proposta de desagregação, constituído em Assembleia de Freguesia, com a presença de elementos de todas as bancadas, Figueira a Primeira, Partido Socialista e Partido Social Democrata, lamentamos esta decisão e propomos que se mantenha e reforce a posição assumida pela Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal, fazendo disso eco, junto de todas as entidades competentes.-----

Que sejam encontradas formas de avocar o processo e propor mecanismos legais para efetivar a desagregação de acordo com a vontade popular.-----

Deste nosso desagrado, vem a Freguesia de Buarcos e São Julião, em nome do grupo de trabalho, solicitar à Assembleia Municipal que o mesmo seja remetido às deputadas da Assembleia da República do nosso Concelho, Dr.ª Ana Oliveira e Dr.ª Raquel Ferreira."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F – MOBILIDADE AUTOMÓVEL VERSUS ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "O senhor Presidente da Câmara tornou recentemente pública, em reunião deste mesmo órgão, a decisão de construir uma estrutura para estacionamento automóvel no atual Parque das Gaivotas, abandonando a ideia inicial de construir um Parque subterrâneo no Mercado Municipal.-----

Tentando evitar aqui clichês linguísticos que envolvem emendas e sonetos, senhora Vice-Presidente, é caso para dizer que tinha esperança que essa fosse mais uma ideia que tinha caído no esquecimento das ideias infelizes.-----

Mas não, pelos vistos! Acho que este Executivo volta à carga com a intenção de manter, eventualmente alargar, esse conceito de que aumentar os espaços para mobilidade automóvel traz automaticamente mais valor acrescentado à Cidade. Foi assim no passado, talvez, e veja-se o que trouxe ao futuro em que já estamos.---

Um dos eixos mais problemáticos da poluição atmosférica, dos principais causadores do aquecimento global, a nossa dependência do carro, entre outros fatores, já nos devolveu o ano mais quente de sempre desde que há registos, em que já se atingiu o patamar global de mais de 1,5% da temperatura média em relação ao início da Revolução Industrial.-----

E nós continuamos a apostar em políticas que tragam mais carros para uma Cidade



que é sede de um Concelho que já tem problemas de poluição atmosférica que sobrem!!! Senhora Vice-Presidente, o percurso errático deste Executivo em relação a questões de mobilidade, e apesar da feliz exceção de algum reforço dos transportes coletivos, é também justo lembrá-lo, tem sido uma das pedras de toque do seu mandato.-----

Tentativas de criação de estacionamento em locais que não deveriam lembrar a ninguém, retirando, ou em muito diminuindo o usufruto de dois ex-libris da Cidade, o Mondego e o Atlântico, mostram bem que uma verdadeira política ambiental que traga medidas que devolvam os espaços públicos à mobilidade suave e à fruição da beleza da Cidade, ainda não são uma prioridade para este Executivo.-----

Quando é que poderemos ter uma política que dê passos concretos e decisivos no sentido de devolver estes espaços às pessoas?-----

As gerações mais novas, que vão estar cá mais tempo do que nós, num mundo em sobreaquecimento e com escassez de água, agradecem e recompensarão essas medidas com a vinda à Figueira, escolhendo-a para habitar ou visitar, por causa dessas medidas.-----

Mesmo que venham de carro, se o puderem deixar mais afastado destes locais centrais, não terão qualquer problema em fazê-lo, se os espaços junto ao rio e ao mar forem verdadeiramente todos para lazer ou exercício físico.-----

Dispensarão bem edifícios sem interesse a tapar a vista de mar e a serem forças centrípetas de acumulação de problemas de trânsito.-----

Senhor Presidente, com todo o respeito, não avance mais com medidas destas. São sinais equívocos em relação a uma política que vai em sentido contrário àquilo que é necessário e, sim, àquilo que uma larga maioria de pessoas já deseja.-----

Uma semana após a realização, no Auditório Madalena Biscaia Perdigão, do Terceiro Congresso de Adaptação às Alterações Climáticas da Região de Coimbra, promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e pelo Município em parceria com a Universidade de Coimbra, é mais do que nunca altura de levar à prática essas alterações e adaptações necessárias e assumir que medidas destas são contrárias ao que podemos ter numa Cidade e num Concelho com uma beleza natural única."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - PROJETO DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS DE ALHADAS E DE BRENHA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Sobre a intervenção feita pelo eleito da Coligação



Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Alhadas, proponho que a Assembleia Municipal desenvolva, e agora sim no sítio certo, todos os esforços no sentido de se verem devidamente esclarecidos os motivos que levaram à não aceitação dos processos relativos a Paião/Borda do Campo, Buarcos/São Julião, que já nos foi dada a explicação pela Presidente da respetiva Junta, e Alhadas/Brenha, para que, a partir desse conhecimento, se possam desenvolver outras ações, reforçando as reivindicações das populações, por agora negadas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - BICICLETAS E TROTINETES ALUGÁVEIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Porque na última Assembleia Municipal não obtive a resposta de V. Ex.^a, volto a repetir duas questões que formulei."-----

Assim, compreendemos que é necessário a existência de bicicletas e trotinetes alugáveis, mas não podemos aceitar que as mesmas fiquem estacionadas no meio das praças de passeios durante vários dias."-----

Que regulação faz a Câmara Municipal às empresas de aluguer destes veículos?----

Sabe que na aplicação, para se poder usar estes veículos, previu o estacionamento no meio de praças e passeios? E se não for possível alterar estas localizações, não é possível exigir que a recolha dos mesmos seja mais célere?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - SÍTIO DAS ARTES - CONTRATO DE COMODATO COM O INSTITUTO DO EMPREGO E. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Já decorreram mais de quatro anos e ainda continuamos à espera que o Instituto do Emprego e Formação Profissional cumpra. Temos assim um espaço em zona relevante, que vai estando ao abandono e que poderia ser usado para fins interessantes para a Figueira da Foz."-----

Qual é a situação? O Instituto do Emprego e Formação Profissional tem mesmo interesse em cumprir o Contrato de Comodato? Quanto tempo vai o Município demorar a denunciar tal Contrato?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Esta minha intervenção tem a ver com o trânsito, que é um assunto que tem vindo a ser falado, nomeadamente por alterações de sentido."-----



Mas há pequenas situações que não envolvem alterações em que, infelizmente, não se verifica atuação, por exemplo, estacionamento em cima de passeios. Estacionamento que prejudicam o trânsito de pessoas e carros.-----
Por exemplo, na Rua Fresca, convido-os a passar por lá por volta da hora do almoço ou ao fim do dia. Se for necessário por lá passar uma ambulância ou um carro dos bombeiros, não passa, por causa da falta de civismo das pessoas.-----
Portanto, é necessário tomar uma atitude."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A questão do estacionamento, como sabe, a fiscalização está a cargo de uma empresa concessionária."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO NO PARQUE DAS GAIVOTAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Sobre a construção de um parque de estacionamento no Parque das Gaivotas, felizmente, não temos todos a mesma opinião.-----
E as perguntas que se põem são estas: vai acabar a espécie de Parque de Autocaravanas que lá existe? A construção por parte da Concessionária vai obrigar a um aumento do tempo da Concessão? Se sim, quantos mais anos? Valerá a pena? Já foram feitos estudos económicos?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - TRANSPORTES MUNICIPAIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Qual o ponto de situação? Vamos tê-los em 2025? Ou vamos continuar à espera que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra resolva o assunto?!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Não vale a pena estar aqui com coisas. Há muitas coisas que o senhor sabe e há muitas coisas que eu também sei.-----

A única coisa que eu vou pedir ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz é, se me permite: se eu arranjar a gravação do pedido do responsável pela empresa e da confirmação do Dr. Pedro Santana Lopes, se eu a posso mandar para os restantes elementos da Assembleia? Posso? Muito obrigada. Assim farei."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu estou-lhe a dizer exatamente como eu disse para confirmar. Fosse o que fosse, negociar não é crime.-----
Só que não se pode negociar quando não se tem poder. Eu confesso que mal conhecia a anterior Administração do Porto da Figueira da Foz. Foi autorizado, acho eu, antes de ser eleito, ou logo a seguir. E tem o meu conhecimento.-----
Nada podia ser negociado, eu não sei se me faço entender. Quem autoriza não é a Câmara Municipal da Figueira da Foz. Custa, mas não é.-----
Como disse a Vice-Presidente, foram elementos de outra instituição que autorizaram. Por que não pediram uma reunião à Administração do Porto da Figueira da Foz para tratar disso. Eu perguntei há dias. Não é estranho? Quer melhor prova de orientação política das intervenções.-----
Porque se a Administração do Porto revogar ou denunciar o contrato, depois vem a questão das indemnizações em Tribunal, mas o assunto está resolvido. Agora, nós não temos poder para fazer isso. A Administração do Porto da Figueira da Foz pode fazê-lo imediatamente. Não terá o mínimo de oposição da nossa parte.-----
Portanto, sugiro, mais uma vez, que vão ter com a Administração do Porto da Figueira da Foz e peçam para denunciar o contrato. Tenho a certeza absoluta que a defesa dos direitos dos cidadãos tem a anuência imediata.-----
Se pudéssemos fazer isso, íamos reunir e logo veríamos. Não temos poder para isso. A senhora está a sorrir?-----
Não tenho volta a dar a isto. Está a ver? É ali que podem decidir. Estão a pedir a quem não pode decidir.-----
Vêm para aqui e vão fazer barulho, mas nós não podemos decidir. Vão a quem pode decidir.-----
Não será a primeira vez que convergem vontades com pessoas do Partido Socialista."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaço com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇO: "Aliás, até quero acrescentar que na altura da reunião extraordinária que houve aqui, da parte do Porto, eles emitiram a comunicação a dizer que o próprio licenciamento era deles.-----
Nem devíamos ser nós a licenciar. O licenciamento urbanístico que estamos a fazer não deveria vir a nós. Porque o Porto, lá dentro, tem jurisdição sobre aquela área e nem sequer teria de vir à Câmara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----



MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O senhor Presidente pode estar muito agastado, mas como sabe a Coligação Democrática Unitária não participa nas reuniões da Câmara. É na Assembleia que tem de colocar as perguntas que entenda dever fazer.-----
Embora ache que eu faço sempre perguntas despropositadas, nenhuma pergunta é despropositada se houver a resposta certa para ela. Não é?-----
Então, com a sua permissão, eu vou divulgar o excerto da gravação em que o senhor diz exatamente que sim."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu ponho só uma condição. A deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves divulga isso, depois de ir ali pedir à Administração do Porto, acompanhada das vozes mais firmes na defesa dessa posição, para denunciar o contrato.-----

Aliás, até lhe dava outro conselho, que é pedir à Agência Portuguesa do Ambiente para não reabrir o processo de consulta pública. Ir ao Ministério e pedir para não autorizarem que seja Potencial Interesse Nacional. Ir ao Ministério da Economia e pedir para não autorizarem o apoio do Sistema de Incentivos à Inovação. Ir à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e fazer a mesma coisa. Agora, os senhores vão a todo lado, menos onde têm de ir.-----

Porquê? Querem chatear o Dr. Santana Lopes. Estão enganados. Sim, estão enganados. Se eu quisesse fazer perguntas despropositadas, falava de parques verdes nas Alhadas. Podiam ser maiores do que são.-----

Eu não faço, porque não tenho essa formação. Está a ver? Mas se quisesse fazer, e não é inventado, o que eu estou a falar é realidade.-----

Se nós tivéssemos poder para denunciar o contrato e dizer a fábrica não pode abrir, talvez o fizéssemos. Porém, não temos poder para isso.-----

A entidade que tem poder para decidir, nunca ninguém dos protestantes lá foi pedir para revogar a decisão. Qual é o sentido que faz? Se a senhora me disser qual é o sentido que isto faz.-----

Quando o Eng.º António Duarte Silva era Presidente da Câmara, protestaram contra a mudança do Terminal Rodoviário, por exemplo. Não foi? Também pode haver uma manifestação ali à porta do Porto.-----

Acho que são suficientemente democratas para não se importarem com isso. Só que não querem ir.-----

Ou seja, quem autorizou a Bioadvance foram elementos da Administração do Porto da Figueira da Foz. Não fomos nós da Figueira a Primeira. Faço-me entender?"-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "E eu continuo a dizer que a própria Junta de Freguesia de Vilaverde tem muita culpa nisto.-----

A Junta de Freguesia andou a assobiar para o lado enquanto o membro daquela Assembleia de Freguesia, Vítor Gomes, chamava a atenção para os problemas.-----

E eu, já agora, digo que o Partido Comunista Português não vai aceitar essa sua reivindicação de que só aceita a divulgação da gravação se o Partido fizer uma manifestação junto ao Porto da Figueira da Foz.-----

Portanto, o senhor aceitou a divulgação e eu farei a divulgação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu tenho 68 anos e durmo sempre de consciência tranquila. É uma força.-----

E como os meus pais não me deixaram herança nenhuma. Viveram do seu trabalho e eu vivo do meu. Melhor ou pior, isso é uma força.-----

Nós defendemos interesses públicos, mais nada.-----

Eu estou de acordo com o deputado municipal Paulo Nisa Mariano. Provavelmente, se estivesse na Administração do Porto não teria autorizado. Ora, quem sabe principalmente dos interesses do Porto é quem está na Administração do Porto.---

Eu tinha acabado de chegar a um novo mandato na Figueira da Foz. E eu perguntei se era poluente e responderam-me que não.-----

Como diz o povo «quem não se sente não é filho de boa gente». Não sei se o inverso é verdadeiro. Ou seja, quem se sentir será filho de má gente? Acho que não. Até podem ser filhos de boa gente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Relativamente às pessoas que estão à frente da empresa, nada me move. O que me move é a saúde ambiental, é o rio, é o ambiente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: "Eu vou voltar a este assunto.-----

Eu, de facto, há bocado quando ouvi o Presidente da Junta confesso que me deu uma vontade enorme de falar novamente. Mas pensei, não, não vou alimentar mais este assunto que já, olhem, desculpem, mas a expressão é mesmo, já cheira mal aqui.--

Porque é mesmo o sítio errado. E aqui já cheira mal. Até porque nós fizemos aqui, uma tarde, uma Assembleia extraordinária, vieram aqui todos os intervenientes



possíveis, portanto, com toda a transparência por parte do Executivo e, de facto, eu não percebo como é que agora, numa outra Assembleia, surgem estas dúvidas.--- Estranho, de facto, as insinuações que a Coligação Democrática Unitária, na pessoa da deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, indica. E ainda mais estranho quando, a meio do discurso, acaba por estar a sugerir que é o Presidente da Câmara que está a pôr em causa ou a insinuar a corrupção do Partido Comunista Português a nível nacional. Isso é que é estranho!-----

Porque, de facto, anda aqui alguma interpretação diferente ou algum aparelho auditivo que está a dar numa outra linguagem, aquilo que não é dito. Eu, de facto, estive nessa Assembleia Extraordinária e não ouvi confirmar absolutamente nada.- Mais, tenho aqui a ata da Assembleia Extraordinária e não vejo que esteja escrito nada. Mais, nessa Assembleia Extraordinária, a deputada municipal da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, não estava presente, pelos vistos, estava a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. E, portanto, de facto, lembra-se de uma coisa onde não esteve presente.-----

O que também é estranho é que eu voltei aqui a ler na diagonal a ata e não vejo, por parte da Coligação Democrática Unitária, naquela Assembleia Extraordinária, a colocação de questões como foram agora lembradas. É que é estranho! E começa mesmo a cheirar mal!-----

Agora, há uma coisa que eu não admito. Não admito e o grupo municipal da Figueira a Primeira não admite, que é a insinuação contínua ao Executivo que já mostrou toda a transparência e toda a vontade de esclarecer este assunto. Acho que já chega!-----

Acho que já chega mesmo!-----

Peço desculpa. E, de facto, eu também concordo que devem ir ao Porto da Figueira. Eu também concordo que devem dirigir-se a todas as instituições que já deram parecer e que vão dar parecer. E, de facto, ainda não está licenciado, ou seja, já estão a julgar uma resposta que ainda nem sequer foi dada pela Câmara Municipal. Chega!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Era para comunicar que o Executivo vai abandonar os trabalhos e não voltará aos trabalhos da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhores Deputados municipais vamos terminar os trabalhos naturalmente, porque não podemos continuar sem a presença do Presidente da Câmara ou da Vice-Presidente."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Senhora Presidente da Assembleia Municipal peço desculpa, mas a Assembleia não está terminada, está suspensa, porque se esta decisão do Executivo for permanente, nunca mais teremos Assembleias Municipais.-----
A reunião está suspensa, porque há uma série de pontos para votar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Era isso que eu queria dizer. A sessão está suspensa."
A sessão foi suspensa por dez minutos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhores Deputados, estamos em condições de retomar os trabalhos."-----

M - INCLUSÃO DE PONTO EXTRA-AGENDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Proponho que seja incluído na Ordem de Trabalhos, a pedido do Presidente da Câmara, para ser discutido nesta sessão, o seguinte ponto:
- Alinhamento das funções dos Assistentes Operacionais da área de Sapadores Florestais com as de Sapador Bombeiro Florestal (regime de carreiras não revistas) e consequente alteração ao Mapa de Pessoal de 2025.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Victor Santos Madaleno, Célia Silva Morais e Susana Oliveira Monteiro, em cumprimento das disposições emergentes do n.º 2 do art.º 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, incluir este ponto na Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2025-2029 E ORÇAMENTO PARA 2025

Foram presentes as Grandes Opções do Plano para 2025-2029 e o Orçamento para o ano de 2025, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património - Serviço de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Foram também presentes a proposta de orçamento e as Normas de Execução Orçamental, documentos que se dão aqui por integralmente reproduzidos constituindo, respetivamente, os anexos números um e dois à presente ata.-----

Estes documentos foram votados favoravelmente, na reunião ordinária de Câmara de 28 de novembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "A minha intervenção não será especificamente sobre valores (números) ou de rubricas do orçamento, porque essa análise remeteria somente para a frieza de um documento que, obrigatoriamente, também deve ser visto de forma a reconhecer uma visão de progresso e, no seu âmago, reconhecer o compromisso deste Executivo Municipal numa gestão inovadora centrada em áreas estruturantes de uma sociedade que se pretende mais justa e em que os cidadãos do Concelho da Figueira da Foz não são esquecidos, mas sim priorizados nas suas necessidades mais básicas, como a saúde (construção e a reabilitação dos centros de saúde); ensino (reabilitação de escolas); habitação (construção e a reabilitação de imóveis com preços acessíveis) mobilidade e transportes.-----

Tudo isto em projetos financiados com verbas de investimento provenientes do PRR, claro, que se souberam aproveitar, elaborando projetos exequíveis e de forma correta.-----

É decerto o maior orçamento de sempre do Município da Figueira da Foz, mas a incompreensão política acionou a oposição e acusa-se, justificando o voto, de que o próprio orçamento vive somente de projetos financiados. E eu pergunto - o financiamento não é legal?-----

E ainda mais uma fundamentação do voto contra, referindo "Falta de orientação, execução e compromisso.-----

Pergunto novamente: «Onde? Como?» Talvez noutros tempos idos, mas não atualmente."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Joaquim Francisco Pereira.-----



JOAQUIM FRANCISCO PEREIRA: "As linhas orientadoras do Executivo para o Orçamento de 2025 estão definidas em processos semelhantes aos anos anteriores.-----
Porém, esta obrigatoriedade de apresentação anual torna-se nas bases previsionais de planos de atividades com receitas e despesas para uma atuação financeira controlada e que permitirão que os resultados sejam acompanhados com alguma segurança contabilística, fiscal e com alguma previsibilidade de conseguir objetivos tornando-nos numa expressão estabelecadora de quem os executa.-----
Ainda assim, estas duas propostas e as ideias apresentadas contribuem ou poderão contribuir para que haja um compromisso de opiniões que ajudem no desenvolvimento e na dinamização da economia local. Falo de opiniões políticas que, em concertação e negociação do nosso executivo camarário vão, todas elas, no sentido de ajudar ao desenvolvimento do Concelho e em benefício das populações locais.-----
Este é um orçamento audaz e de coragem pelo seu valor monetário não acompanhando o momento político europeu.-----
A queda do governo alemão, a crise governamental francesa, a guerra na Ucrânia, a crise na Palestina levam-nos a uma incerteza económica operacional.-----
A persistência dos preços elevados nos serviços complica a normalização da política monetária Nacional e internacional que dificultará, certamente, o compromisso orçamental dos trabalhos a executar e serão muitos.-----
Alguma relevância que demonstre a vontade da execução de manter o Concelho da Figueira da Foz em desenvolvimento sustentado:-----
O investimento nas acessibilidades aos serviços públicos, a continuação da beneficiação da rede viária, a habitação de custos controlados e arrendamento acessível, o investimento com a criação da Zona do Pinhal da Gândara tanto ansiado pelas populações locais, o aumento da Zona Industrial da Gala, a instalação de novas empresas, a requalificação da Escola Bernardino Machado, a intervenção tão desejada do Pátio de Santo António, a Ponte Eurovelo que ligará as duas margens de Mondego. A aquisição dos imóveis com destino assegurado habitacional e patrimonial, como seja o Convento de Seiça ou o Paço de Maiorca, quer seja ao abrigo do Portugal 2020 ou ao abrigo do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) bem como a esperada requalificação pretendida pelo Executivo, já com o estudo e planeamento paisagístico de uma entrada na Figueira esteticamente agradável. Um património degradado em nada beneficia quem entra ou sai desta cidade, há necessidade de mudar e todos, ou quase todos, farão jus à criteriosa vontade do Executivo em olharmos uma entrada da Figueira mais bonita, mais real, mais



simétrica, com um padrão totalmente diferente.-----

Eu, em particular, sou um defensor nato da regionalização e com este Executivo atrever-me-ia a dizer que este espaço não seria o Jardim de Versalhes, mas melhoraria a olhos vistos.-----

Consensualizar as Juntas de Freguesia e as populações para a elaboração de orçamentos participativos, que se tornariam importantes nos espaços habitacionais onde as Junta de Freguesia não têm a interferência desejada, ou por falta de verba ou por falta de vontade, em oferecer ao seu freguês o desejado para crescer ou para escolher.-----

Para que as nossas aldeias possam usufruir de espaços de construção habitacional com um PDM acessível e com as infraestruturas para que os seus utentes possam circular em linhas limitadoras, com passeios para maior segurança e os condutores com linhas orientadoras de marcação visíveis nas estradas.-----

A quebra de investimento público leva-nos à perda da autonomia do poder local, mas o avanço no investimento em cerca de 47,75% deste orçamento, demonstra bem o empenho deste Executivo em dar ao Concelho uma melhoria substancial.-----

Vejamos os valores orçamentais dos últimos anos:-----

Orçamento 2022 no valor de 83.324.758,00 € > +10.44% que em 2021-----

Orçamento 2023 no valor de 78.634.917,00 € < diminuiu 2022 em -5.63%-----

Orçamento 2024 no valor de 94.159.793,00 € > 2023 em +16.31%-----

Orçamento 2025 no valor de 139.124.651,00 € > 2024 em +47.75%-----

Entre o orçamento inicial de 2022 e o orçamento de 2025 aumentou 65.97%.-----

Mediante estes valores e seguindo a leitura do orçamento disponibilizado no quadro macroeconómico do Enquadramento Geral e as previsões de outono da Comissão Europeia são benéficas apesar da instabilidade mundial.-----

As diversas rubricas enumeradas em quadros no suporte ao orçamental são elucidativas do empenho do Executivo.-----

Quadro n.º 4-----

Nas receitas correntes e de capital o maior bolo percentual de aumentos advém dos previsíveis impostos diretos do IMI, IUC, IMT e Derrama como imposto municipal, pelo que também eles são estimados.-----

Quadro 7-----

Despesas correntes e despesas de capital-----

Também elas expressas nos quadros macroeconómicos do orçamento-----

Na rubrica despesas - despesas com pessoal - estas sofrem um aumento generalizado



dos valores atualizáveis em janeiro de 2025 dos vencimentos e dos colaboradores da edilidade.-----

A aquisição de bens e serviços - considerando as estimativas para a inflação nacional, os valores orçamentados percentualmente são equiparados ao peso percentual de 2024, dada a inflação esperada.-----

As restantes rubricas enquadram-se em valores percentuais aproximados ao ano de 2024.-----

O reconhecimento do trabalho efetuado com rigor, aliado à competência, experiência e conhecimento demonstra uma capacidade de inovar, mantendo uma relação económica de valores aproximados ao ano de 2024, acrescido das bases inflacionárias respeitáveis e transparentes.-----

Verifica-se sustentabilidade orçamental e estabilidade neste orçamento, este afasta os riscos e permite-nos uma modernização e expansão.-----

Os deputados municipais da FAP, Figueira a Primeira, atendendo à conjuntura mundial e à incerteza das guerras existentes acreditam no bom trabalho que vem sendo feito a nível do Concelho com a prudência que nos habituaram, dando-nos garantias de continuar a construir um futuro tranquilo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Alberto Carvalho.

JOSÉ ALBERTO CARVALHO: "Estamos aqui hoje no propósito de discutir e votar o Orçamento Municipal para 2025.-----

O orçamento não é mais do que uma previsão, da ambição e vontade deste executivo para melhor trabalhar no sentido de melhorar as condições gerais em todo o Concelho. É um facto que será o orçamento maior de sempre, mas não nos cabe avaliar o documento pelo tamanho ou grau de grandeza monetária.-----

Estamos aqui para avaliar se o documento é a solução, ou não, para resolver os problemas da população e melhorar a qualidade de vida e de apresentação e vivência de todo o concelho.-----

Fazemo-lo democraticamente, em consciência, tendo cada um de nós a responsabilidade de o fazer representando a população. É para isso que estamos aqui.-----

Faze-lo democraticamente, é podermos votar contra, abstermo-nos ou votar favoravelmente. Não pode haver avaliação negativa ao nosso sentido de voto se o mesmo for usado sempre na defesa daqueles que são os responsáveis pela nossa presença aqui, os munícipes em geral.-----

Os partidos são a base da democracia, mas hoje também os grupos de cidadãos eleitores são verdadeiramente uma solução digna e firme para a manutenção dessa



mesma democracia.-----
Certo é que por vezes, os partidos usam disciplina de voto para votações várias.
Nada contra, se todos os fizerem também conscientemente.-----
Mas, cada vez mais se repara que os partidos decidem muito em redor deles próprios
e dos seus interesses partidários, perdendo o foco no que interessa, as pessoas.
Agindo dessa forma, quase sempre as populações saem a perder. Veja-se recentemente,
e mais que certa decisão na Assembleia da República sobre a desagregação de
freguesias, que vai apenas ao encontro dos interesses partidários, (incluo aqui
todos os partidos), não tendo feito visitas ao território, não satisfazendo nem
sequer dando atenção àqueles que são as ânsias e ambições das populações visadas.
Ora, quero com isto dizer que quase sempre os partidos decidem apenas sobre eles
próprios, o que gera descrédito nos agentes políticos no geral, e gera o
aparecimento de grupos mais radicais, nada saudáveis para o bom desenvolvimento
da nossa democracia.-----
Como este caso, também ao nível municipal, neste tipo de decisão que temos que
tomar hoje, isso também pode acontecer, mas não devia.-----
Espero sinceramente que a nível municipal, os partidos se retratem no propósito
que aqui nos traz. Representar e defender da melhor forma os cidadãos que livremente
nos elegeram.-----
Cada um de nós teve a oportunidade de analisar o documento orçamental, e, devemos
votá-lo livremente, tendo em conta se é o melhor para todos no concelho.-----
É certo que não será o documento ideal. Mas é certamente o possível.-----
Para as Juntas de Freguesia não é o ideal, já que fomos chamados a participar no
mesmo, mas para indicar quais os trabalhos municipais mais urgentes.-----
Mas, seria interessante existir mais, seria interessante terem-nos perguntado que
necessidades tem a nossa Junta de Freguesia. O que necessitamos para melhor
funcionamento e desenvolvimento de trabalhos nas nossas Freguesias. A minha
Freguesia não tem o suficiente para realizar trabalho. As tranches do FEF - Fundo
de Equilíbrio Financeiro e da Delegação de Competências, juntas, não chegam sequer
para a despesa anual com funcionários, quanto mais para desempenhar as funções
descritas da delegação de competências, comprar combustíveis para trabalhar, e
podermos realizar algumas obras. É imperioso existirem transferências de capitais
dos Municípios para as Freguesias para que possamos realizar trabalho. Conversando
com nossos colegas de outros Concelhos, todos nos falam que existe essa
transferência de capitais para as suas freguesias, para poderem realizar obra.--



Outra dificuldade para as Juntas de Freguesia, é a falta de comunicação. Não tem existido comunicação do Município com as Juntas de Freguesia, salvo raras exceções (executivo e serviços) falo pela minha experiência.-----

Não há respostas a emails, não mostram a preocupação em saber em que estado se encontra cada Freguesia, vão às Freguesias sem conhecimento do Executivo da Junta de Freguesia.-----

Ora, quero acreditar que tudo isso pode melhorar, e, se melhorar, a execução do orçamento agora em votação, que tem forte componente nas áreas da habitação, saúde e educação, será muito mais fácil. Será mais fácil talvez conseguirmos resolver problemas que estão com rubrica aberta com quantias irrisórias há três anos e nada se fez.-----

Eu quero continuar a acreditar que é possível fazer melhor, com a comunicação e com trabalhos partilhados, acho que conseguimos fazer muito trabalho que já deveria estar realizado, e que com parceria e baixos custos se pode resolver.-----

Por isso, e porque acho sinceramente que este orçamento, a ser cumprido, será estrategicamente bom para o Concelho, e especificamente para a minha freguesia, representando a população Paionense e Bordacampense, cabe-me informar que o meu sentido de voto será favorável ao documento apresentado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Nas receitas, nos impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, constata-se um aumento de cerca de 120% relativamente ao Orçamento do ano passado, que era de 700 mil euros e agora passou para 1 milhão e 538 mil euros.-----

Na nota explicativa desse aumento, informam que houve alteração dos critérios porque, até ao ano passado, as taxas de resíduos eram levadas ao capítulo de vendas de bens e serviços e agora estão incluídos nestas outras. Comparando o Orçamento de 2024 e o Orçamento para 2025, verifico que a diferença entre eles é de 11 mil euros no que se refere à venda de serviços, bens e serviços. Assim, solicito, na medida do possível, a explicação como foi encontrado aquele aumento de 120 euros na rubrica já acima mencionada.-----

A outra questão é que teria sido muito bem-vindo um abaixamento do Imposto Municipal sobre Imóveis, não aconteceu, principalmente tendo em conta a saúde financeira da Câmara Municipal. Lembro aqui o exemplo de Vila Nova de Poiares que, ao sentir-se um pouco aliviada do excessivo peso que tinha no seu endividamento, resolveu



refletir esse alívio na redução do Imposto Municipal sobre Imóveis. É um exemplo. As transferências previstas para as Freguesias tiveram um aumento aproximado dos 5% referente ao orçamentado em 2024, o que efetivamente é muito escasso. Visitando as Freguesias rurais, conversando e ouvindo, é transversal a opinião que as dificuldades são enormes para satisfazer a mera conservação e manutenção dos espaços nas Freguesias. Existe um déficit enorme nos recursos humanos, como já aqui foi dito, e dificuldades na aquisição de materiais.-----

As responsabilidades acrescidas nos protocolos, em muitas situações, são concretizadas recorrendo ao orçamento das receitas próprias das Juntas de Freguesia, atendendo a que as verbas acordadas são na maioria das situações insuficientes. Verifica-se igualmente orçamento após orçamento que não há intenção de, objetivamente, haver uma intervenção de fundo na deteriorada rede viária destas Freguesias, assim como concluir definitivamente neste Concelho o saneamento básico.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “Eis-nos chegados à última proposta de exercício financeiro das Grandes Opções do Plano Orçamento deste ciclo eleitoral de 2021-2025.-----

Fazendo uma retrospectiva destes últimos quatro anos, verifica-se que esta Assembleia Municipal aprovou exercícios que variaram de forma diversa entre os números redondos 83,5 milhões de euros aprovados para 2022, a descida de cerca de 4% para os 78,5 milhões de 2023, justificados largamente por uma descida nos custos energéticos, a posterior subida para os pouco mais de 94 milhões de euros do exercício atual de 2024, amplamente motivada por uma subida dos valores da inflação e do custo de vida, até chegarmos ao presente documento que propõe um exercício para 2025 de cerca de 139 milhões de euros, a maior subida de todas, de praticamente 45%, que, como se pode analisar, se deve sobretudo à inscrição de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência a utilizar nas áreas da Habitação, Saúde e Educação. Atendendo à informação veiculada pela comunicação social, esta subida segue uma tendência generalizada no País, fruto de políticas e opções de cariz nacional em que a preocupação pela aplicação dos fundos do referido plano é transversal aos diversos municípios e organismos públicos, pelo que se pode considerar que existe uma justificação adequada para uma subida que, noutros contextos, seria excessiva e levantaria muitas questões. Mas aqui chegados, Senhor Presidente, também quero salientar que este exercício também levanta preocupações que têm a ver com a sua execução.-----



Sei que o Plano de Recuperação e Resiliência apresenta desafios exigentes, desde logo ao nível da sua consecução. Estão os serviços da Câmara Municipal preparados para este grau superior de exigência? O Bloco de Esquerda não quer ser mal interpretado. Tem plena confiança nos quadros do Município, que dão o seu melhor todos os dias no exercício das suas funções.-----

Mas a pergunta, Sr. Presidente, que lhe coloco é se houve algum tipo de medida tomada de reforço de serviços e pessoal ou de alteração de procedimentos no sentido de acomodar o maior grau de exigência que o presente documento encerra. É que todos sabemos que as verbas previstas permitem, se bem executadas, mitigar muitas das dificuldades sentidas nos últimos anos pela população figueirense, ao nível das referidas áreas.-----

Em suma, Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda considera que as grandes Opções do Plano e o Orçamento encerram em si uma preocupação que é notória em aplicar verbas em montantes que não voltaremos a ter tão depressa, após este plano, pelo que é necessária uma correta e eficiente aplicação.-----

As opções tomadas refletem um conjunto de opções de carácter político que, ainda que algumas possam ser convergentes com as do programa do Bloco de Esquerda, não são suas, nem traduzem rumos estratégicos que gostaria de ver implementados. Como tal, à semelhança dos três exercícios anteriores, irei abster-me neste ponto.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vítor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Este orçamento é o maior que alguma vez tivemos, e bem, mas não é nenhuma novidade. E porquê? Porque isto é transversal a todos os Municípios do nosso País, pela aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência, através do Portugal 2020 e do Portugal 2030. Portanto, isto teria que ser feito para, de facto, dar uma alavancagem ao crescimento económico, através de reformas e investimentos, e também aproveitar os fundos europeus dos quais podemos usufruir. No entanto, também acho que é difícil cumprir esta meta. E o exemplo que eu posso dar é que, até agora, nas metas cumpridas, só cerca de 32% é que foram realmente executadas. E, portanto, há uma grande dúvida, perante este orçamento, que ele venha a ser concluído de uma forma eficaz.-----

Agora, mas teria que ser feito desta forma, não há dúvida nenhuma. E bem!-----

Agora, o que me preocupa é o orçamento para as Juntas de Freguesia. E as Juntas de Freguesia, nos últimos três anos, estiveram um bocadinho esquecidas.-----

E, portanto, agora deparamos com o «não há fome sem fartura», que, de três anos



em que não se fez aquilo que nós pretendíamos e não foi dada a resposta aos nossos anseios, agora, este ano é que vai. Durante três anos não se conseguiu, agora, em nove meses, agora é que vai. E a testemunha disso é a ordem de trabalhos que eu tive para a preparação do orçamento da Juntas de Freguesia de Vila Verde, em que tem duas alíneas, em que se diz que o orçamento é para cumprir as obras previstas para 2024 e o apoio financeiro para uma carrinha.-----

Ora, isto é muito pouco, até porque, para a Junta de Freguesia de Vila Verde, este não é o orçamento de 2025. Este é o orçamento dos anos 2022, 2023 e 2024. Portanto, este orçamento de 2025 não é o orçamento que nós esperávamos, ou que nós desejaríamos, porque deviam ter sido cumpridos os orçamentos anteriores e não estar agora, para este orçamento, a incluir aquilo que não foi concretizado.----
E por isso nós nos preocupamos e penso que a maior parte dos meus colegas também têm essa preocupação, mas isso cada um falará por si."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Jorge Bugalho Silva.

JORGE BUGALHO SILVA: "Antes de passar à minha declaração de voto, que é o que eu vou fazer, permitam-me dar os parabéns pelo excelente discurso, se quiserem chamar-lhe mensagem, que o deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia do Paião, José Alberto Carvalho, aqui trouxe. Parabéns!-----

A minha intervenção tem como objetivo principal esclarecer o meu sentido de voto. Estão inscritos no Orçamento Municipal para 2025 muitos compromissos, seja na Figueira da Foz, seja nas Freguesias. Por isso, confiando no assumido pela Câmara Municipal, da minha parte espero muito sinceramente que o que foi pedido pelo órgão executivo da Freguesia de Alhadas, seja pelo executivo camarário cumprido. Nessa expectativa, o meu voto é o de abstenção. Termino desejando a toda a Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao seu executivo, boas festas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Umas breves notas sobre este ponto. Começo por dizer que o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente o Orçamento.-----

Como é que não o poderíamos fazer, quando está inscrito o investimento de 26 milhões de euros na habitação, 19 milhões de euros na educação e 6 milhões de euros na saúde, e um aumento para as Freguesias, sendo certo que todas elas dirão que é pouco.-----

É óbvio que este aumento do valor do Orçamento é por causa do Plano de Recuperação e Resiliência, pelo que só podemos saudar o facto de terem sabido utilizar esta



ferramenta financeira que visa o bem do nosso Concelho, ao invés de outros Concelhos que não o sabem fazer.-----

Mas há aqui questões que têm de se ser colocadas. Está o Município da Figueira da Foz preparado para o momento posterior? Quando os fundos comunitários diminuírem ou deixem de existir, estão pensadas as necessidades de manutenção destas infraestruturas? Lamento, mas considero que estas ferramentas financeiras da Comunidade Europeia, infelizmente, não vão durar muito mais tempo. E depois?---- Por outro lado, conforme já vimos dizendo neste órgão, é nossa preocupação o aumento da despesa corrente.-----

E por fim, lamenta-se não se vislumbrar a possibilidade de uma redução dos impostos para os residentes do Município, apesar desta receita continuar a aumentar.”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em relação à Freguesia do Paião, a obra na piscina, nomeadamente a parte da eficiência energética, mas não só, que começa agora em janeiro, tem 960 mil euros de investimento. Na Rua Direita, que a obra está a andar a um grande ritmo, a rua central do Paião, é um investimento de 680 mil euros. A obra da estrada 622 foi hoje de manhã autorizada, depois de uma reunião que tive com os serviços para fazer o ponto de situação de todas as empreitadas. Não falo, obviamente, do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, das aquisições que estamos a fazer, da zona envolvente, em relação à qual a Junta de Freguesia sempre manifestou a sua preocupação e o deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves. Adquirimos por escritura a casa imediatamente ao lado do Mosteiro Santa Maria de Seiça na semana passada e procuraremos chegar a acordo também para as outras. Mas esta era especialmente importante para a definição dessa mesma zona envolvente.- Não falo, na resposta à solicitação feita no verão da limpeza de caminhos com a Proteção Civil Municipal, que tinha sido solicitado ao Exército e que o Exército não fez, disse que tinha que ser o Município também a pedir.-----

Refiro ainda, em termos de pavimentações ou reparação de ruas, na Rua de Castela, na Rua Nossa Senhora do Rosário, na Rua das Valeiras, na Rua de Trisias, na Rua da Carvalheira, na Rua Primeiro de Maio e na Rua das Rosas - esta também com investimento significativo.-----

Isto para falar de algumas das realizações, para além dos outros apoios, nomeadamente para festas de verão, para outras atividades, também do apoio às iniciativas da Margem Sul, na qual a Junta de Freguesia do Paião era uma das principais Juntas de Freguesia proponentes, para além do assunto dos baldios e dos



recursos financeiros, que continuam inertes e congelados, em relação aos quais o Município já tomou posição pública e oficiou a Junta de Freguesia, em relação às centenas de milhares de euros que continuam retidos e não utilizados, e, portanto, isto é numa Junta de Freguesia que não foi ouvida ao longo destes três anos.----
Eu tomei nota: não tem existido diálogo com as Juntas de Freguesia e não são ouvidos. Não deixo de dizer ao Presidente da Junta, como ele sabe, nós temos o diálogo possível dentro daquilo que é a atuação do Presidente da Junta a partir do dia da semana em que chega ao Município. E quando chega ao Município e começa a enviar os mails, nós procuramos responder, mas às vezes não é possível. O nosso tempo não coincide exatamente com o tempo disponível para o Presidente de Junta de Freguesia. O nosso tempo é ao longo da semana toda e procuramos dividir pelos dias todos da semana.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Alhadas, referiu que se vai abster, mas que subscreve e aplaude muito a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Paião. É curioso, mas talvez as duas Juntas de Freguesia mais contempladas, em termos nomeadamente de apoios financeiros, aquisições, aceitação de propostas, são aquelas que fizeram esta intervenção, Portanto, a não serem ouvidas, não terem apoios, não serem compreendidas, não sei. Mas, enfim!-----

Há uma falta que temos com a Freguesia de Alhadas, que é a rua principal, para a qual já está em desenvolvimento um projeto. Foi prometida, mas é muito difícil, como sabe.-----

Há outra matéria que abordámos esta semana, eu e os vereadores estivemos a ver fotografias e a estudar a hipótese da Casa da Renda, o novo Parque Infantil, que tem inscrita uma verba de 35 mil euros. Fui lá vê-lo ainda na semana passada e, de facto, está deteriorado.-----

E, portanto, em relação à questão da audição, ou da contemplação, aumentou, de facto, a verba inscrita em 5%.-----

O Presidente da Junta de Freguesia, que referiu que este orçamento era o dos anos anteriores, está aqui confirmado pela Vice-Presidente - eu já sabia - apresentou uma proposta para o orçamento: um apoio da Câmara Municipal de 10 mil euros para a aquisição de uma carrinha. Apenas uma proposta.-----

Em relação ao orçamento, julgo que ele tem sido suficientemente debatido, até pelas várias forças políticas e em público, é, de facto, um orçamento muito significativo. Nenhum orçamento na região tem uma taxa de crescimento de 48%. Quero aqui louvar os meus Vereadores, porque, de facto, apresentaram a Figueira



da Foz, nomeadamente nos assuntos sociais, mas não só, está no topo dos projetos apresentados para absorverem os fundos europeus.-----

E ter fundos europeus, ou fundos de outra natureza, é problema nenhum. A estrada do Enforca Cães, por exemplo, que já foi feita neste mandato, teve o apoio do Fundo de Turismo. E não é por isso que não é meritória. Com certeza que é meritória. Tal como outras obras que foram feitas, não interessa agora se muitas, se poucas, com verbas do Portugal 2020. Ainda a semana passada, estive com o Secretário de Estado do Turismo e com o Presidente do Instituto de Turismo de Portugal.-----

As obras aqui na Zona Histórica da Baixa, por exemplo, ou de requalificação da Marginal em Buarcos, que foram feitas em parte, pelo Portugal 2020.-----

Aliás, o País todo, se estivesse com urticária, por causa de haver verbas de fundos europeus a financiar o que foi feito, bem, o País ainda estava na primeira metade do século XX. Entre autoestradas, hospitais, escolas, tudo Fundo do Turismo.-----

Lembro-me por exemplo, da recuperação das estalagens, a construção das pousadas no Alentejo, junto a castelos de várias vilas alentejanas, com verbas de fundos europeus do PRODIATEC. E diminuiu o valor?-----

Foi necessário o País trabalhar muito, entre a cultura, o turismo, o planeamento, para preparar e apresentar candidaturas a essas obras.-----

Estamos praticamente, em termos relativos, no topo dos municípios todos, em relação ao que apresentámos. Há um que nos bate, que é Oeiras. Mas Oeiras tem a capacidade instalada - lá está a questão que o deputado municipal do Bloco de Esquerda colocou - tem uma dimensão de receitas e de recursos que lhe permite apresentar ainda mais candidaturas. Se nós vamos construir duzentos e tal fogos, eles vão construir praticamente mil e duzentos. E, portanto, é de facto uma diferença.-----

Agora, fora isso, como disse, nós estamos, no topo. E, de facto, conseguirmos apresentar candidaturas, mas estou preocupado, como disse o deputado municipal Manuel Rascão Marques, com a despesa e os custos de manutenção. Sem dúvida nenhuma. O que preocupa e até há quem diga, que o que custa mais não é fazer o investimento, é assegurar a manutenção, desde que arranjem as fontes de financiamento e que não haja, endividamento excessivo, como é evidente.-----

E, portanto, os centros de saúde, por enquanto - vamos ver durante quantos anos - temos protocolos com o Estado para a transferência de verbas nas áreas da saúde, da educação e da segurança social. Temos sete ou oito centros de saúde. Houve a questão, na Freguesia de Maiorca, sobre se se fazia ou não, e decidimos, de facto, avançar com o investimento, a sua remodelação.-----



A zona industrial do Pincho, posso dizer, que neste momento, é um balancear permanente entre os investimentos que, de facto, devem passar para a linha da frente, dependente de quando os projetos ficam prontos e a até capacidade para serem executados.-----

A ponte do Alqueidão em Vila Verde tem sido uma grande complicação em termos de impugnações entre os vários concorrentes. Na reunião de Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2024, voltámos a lançar o concurso e estou convencido, que desta vez vai correr bem. É um investimento em relação ao qual temos assegurados, se continuar este Governo, ou se vier outro, três milhões de euros do Fundo Ambiental. Um que já veio, outro inscrito neste ano e outro que será no orçamento do próximo ano. - Mas, como sabem, a obra custa sete milhões e meio de euros, a acrescer as verbas dos acessos. E vamos a elas, este orçamento dispara esse processo. Só não dispara a questão do pavilhão multiusos por uma razão: a sua localização, que ainda não foi possível.-----

As metas da descarbonização do sistema de transportes, reunimos com os Transportes Avic, com a Rodoviária do LIS, com as várias empresas, e estamos a preparar e a concretizar a rotura, na parte urbana, do sistema atual da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, para funcionar de modo autónomo. Na parte não urbana, a orientação será, em princípio, continuarmos num sistema de intermunicipalidade, mas estamos a fazer o levantamento, o que é muito difícil. - Na prática, senhores deputados municipais, o que acontece no Município da Figueira da Foz é que as operadoras disponibilizam, durante o resto do dia, os autocarros utilizados nos transportes escolares. Esses autocarros durante o dia circulam com apenas duas ou três pessoas, são veículos de grande dimensão, em horários que não se adequam às reais necessidades da população. E não é só a questão das necessidades, é autoconvencimento, as pessoas saberem, estarem convencidas que podem utilizar, que têm aquelas carreiras, àquela hora.-----

Se forem ver agora os horários dos operadores para o período das férias escolares - por exemplo, a linha E - são transportes que só existem durante esse período. Há vários locais, como a Feteira e outros, com autocarros às sete da manhã e depois não voltam a passar. E na cidade nem vale a pena.-----

Sabem quantos passageiros têm por dia? Esta carrinha mais pequena que anda aí pela zona urbana tem cem passageiros por dia, em média. Eu devo dizer que fiquei surpreendido. Palavra de honra. Há números que parecem incompreensíveis. Mesmo para mim, que estou a trabalhar perto destas realidades. Em relação ao barco, os



números que temos da travessia, este ano, foram cerca de trezentos mil passageiros. Vamos adquirir outro barco a energia elétrica. Porque torna-se necessário, devido à procura cada vez maior deste transporte. E porquê? As pessoas estão mais convencidas. Havendo a carrinha do outro lado do rio, como já existe, para levar as pessoas ao hospital, ao Cabedelo, e no verão para levar à praia.-----

E eu vejo o movimento: pessoas com os sacos das compras, os estrangeiros com as bicicletas, e, portanto, o barco anda genericamente cheio, porque as pessoas habituaram-se à sua existência e sabem que ele está disponível. Na zona urbana não há transportes, portanto, sim, esse caminho vai prosseguir. O que pagamos de compensação, por autocarros que andam vazios, dá para comprar vários autocarros a energia elétrica.-----

É evidente que não custa apenas comprá-los; depois, há também a manutenção. Há a oficina, os motoristas, todos esses encargos. Neste momento, estamos a fazer todas essas contas, que naturalmente apresentaremos à Assembleia Municipal. Agora, o caminho é esse.-----

A Figueira da Foz tem que ter um sistema de transportes intermodal, mobilidade suave, movida a energia elétrica capaz, energias limpas, e adequado aos tempos que vivemos, e dentro dos objetivos do desenvolvimento sustentável, da Agenda 2030.-

A questão do estacionamento gera opiniões contraditórias. Não há uns lugares de estacionamento. Cada vez que queremos criar novas zonas de estacionamento é uma polémica grande. Os custos do estacionamento subterrâneo são incomportáveis.----

A desatualização da via do estabelecimento subterrâneo em relação àquilo que demonstram as alterações climáticas é cada vez mais assustador. E, portanto, os próprios arquitetos, engenheiros, os investidores imobiliários, têm também que pensar nas suas vidas. Porque, neste momento, pode-se dizer que não há alternativa. É por isso que a construção de estacionamento em altura, e a que está prevista para o Parque das Gaivotas tem o último piso para restaurantes ou para equipamentos para crianças, e não é parque de estacionamento, é estacionamento, e tem três pisos.-----

A sua localização pode ser mais à direita ou mais à esquerda e se os senhores deputados municipais quiserem ver a localização estão à vontade – será tudo feito com transparência.-----

Isto é uma nota que eu tenho que fazer, senhor Presidente da Assembleia Municipal: como sabe, na prática, cada decisão que é tomada, por razões que também estiveram aqui presentes hoje, de outra feição, por este executivo, é objeto de contestação



nos meios políticos. Não no povo. Eu já recebi propostas de apoiantes deste executivo, mais criativos, a dizer: «temos a alternativa para o estacionamento das abadias». A alteração dos sentidos de trânsito: na Rua Fernandes Tomás foi alterado o trânsito para que a Rua da República pudesse ser fechada. Neste momento, temos três ruas com o mesmo sentido: a Avenida Saraiva de Carvalho, a Rua Fernandes Tomás e a Rua da República, e depois temos este labirinto, aqui na zona central. A nova Presidente da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, disse: «de certeza que o Sr. Presidente da Câmara tem estudos aprofundados». E eu penso: os mesmos estudos que há para passar terrenos rústicos para zonas industriais, por exemplo, em várias áreas do Concelho. Devem ser estudos parecidos.-----

Já decidi muitos estudos, já tomei muitas decisões em matéria de tráfego, em tudo na vida é preciso ter alguma vivacidade, ter alguma intuição, estudar os dossiers, porque somos nós os responsáveis de tomar as decisões. Eu posso ter três estudos, como sabe, no mesmo sentido, os estudos, cada um tem a sua opinião. Avalio é o trânsito, os fluxos de tráfego, sim. Estas devem ser medidas para nos habilitar também a uma decisão fundada e fundamentada, e decisões importantes em matéria de tráfego, e que às vezes são complicadas e, com certeza, corremos riscos.-----

Em relação a outra questão, do estacionamento em cima do passeio, podemos colocar mais pilaretes -----

Fizemos a obra de pequena remodelação na avenida, a seguir à rotunda do pescador e quando quisemos fazer junto ao mercado, gerou-se uma confusão, com abaixo-assinados, em que as pessoas reclamaram a alteração do sentido de trânsito. Agora pedem para voltarmos a fazer a obra. Agora não a vamos fazer.-----

Portanto, podem dizer: mas não se importa com as contestações. Não, importamo-nos quando elas são mais significativas do que a vantagem que tragam para o Município. Agora, são obras que, estamos mesmo convencidos, que trazem grande vantagem para o município.-----

Agora a questão é executar. Por mim todas estas obras já estavam começadas, não tenham dúvida nenhuma. A obra do Instituto do Emprego e Formação Profissional começa em março. Não posso rescindir agora o contrato que está ainda dentro do prazo. Veio cá a própria Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional comunicar que está tudo pronto, para começar em março. Acreditamos que sim. E é um organismo público, é lamentável, digo sempre isto e volto a dizer: são os privados, que têm terrenos em zonas estratégicas da cidade, que não começam as obras, que não tratam da limpeza dos seus terrenos, de repor os passeios. Têm



terrenos estagnados ou construções, como na Fontela, parados há décadas. Ainda hoje estive a conferir e em tribunal, o processo da demolição de um dos caboclos das fundações daqueles dois lotes em frente ao E.Leclerc, está há um ano a suspensão no Tribunal Administrativo e ainda não foi decidido. Há outra juíza que no processo dos desfibriladores para o Concelho, tomou uma decisão, quanto à suspensão, em dois dias.-----

Não desistimos, nem vamos desistir. Assim que chegarmos a acordo sobre um terreno que possamos considerar útil e adequado para a construção do Pavilhão Multiusos, iremos avançar. Há muitas obras que vão começar em janeiro – por exemplo, a intervenção na Rua do Hospital, que está num estado lastimoso. Após o levantamento topográfico e a questão da arqueologia, esperamos iniciar a obra a 20 de janeiro, com uma duração prevista de cerca de 90 dias.-----

Esta zona antiga está de facto muito carenciada. Já agora, embora não diga respeito ao que estamos aqui a discutir, ninguém falou no tesouro, com cerca de mil anos, que foi encontrado no lixo, na Figueira da Foz, que incluía uma carta do Rei D. Afonso IV. No dia seguinte, estava em casa a ver a televisão e a manchete do Público era «Tesouro com 100 mil anos encontrado no lixo, na Figueira da Foz». No dia seguinte, andei a correr as ruas todas, à volta de onde dizem que ele foi encontrado.-----

O Município nunca foi contactado, pelas informações que tenho dos serviços. Foi colocado no OLX e comprado pelo Arquivo da Torre do Tombo. O que me dizem os todos os dirigentes: isto foi no mandato do Dr. João Ataíde e não tenho dúvida que ele, imediatamente, teria feito se soubesse. Ninguém soube e aparece no lixo.-----

Deputado municipal do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, nós vamos prosseguir na via cadenciada, para além do sistema de transportes, da tentativa de descarbonização. Vamos construir o resto da ciclovía. Houve uma empresa que rescindiu o contrato. É que as empresas não aguentam tanta obra nos vários Concelhos. Há uma que rescindiu o contrato, agora aqui, para esta parte da ciclovía. E vou-lhe dizer também porquê: os serviços fizeram o traçado por baixo, junto ao bar Skipper, e houve logo um levantamento das «tertúlias», a dizer que não podia ser por ali, e eu até percebo. Alterámos o traçado à parte de cima, junto ao parque de estacionamento e isso obrigou também um ligeiro atraso.-----

E a ciclovía da Avenida 25 de Abril, entre a Ponte Galante e a Torre do Relógio, vai arrancar também no início de janeiro. No geral, o estacionamento será mantido, exceto daquele lado onde vai ser feita a ciclovía. Mas com isso ficamos com a



ciclovia completa. -----
Quanto ao sistema de bicicletas, estamos também a lançar um novo concurso para o software e para a reparação 55 bicicletas, além da aquisição de mais 15. A ideia é voltarmos a ter o sistema a funcionar como deve ser, depois do encerramento da empresa canadiana. Temos acompanhado a questão das trotinetes e das bicicletas – acho que está a funcionar melhor, mas ainda não estamos satisfeitos. Pelo menos já não se vê tantas trotinetes caídas no chão, e com o vereador Manuel Fernandes Domingos e o Vereador Ricardo Pedrosa Silva, estamos a diligenciar. Há mais ofertas de várias empresas, que não implicam custos para a Câmara Municipal, e que querem vir para cá em regime experimental. Os respetivos processos estão, como é evidente, disponíveis para consulta por todos.-----

Em relação às obras, hoje foram despachadas várias para começar já: Tavadrede, Buarcos, algumas especificamente para a zona do Castelo de Redondos. Foram muitíssimas despachadas. Podem dizer: mas só agora? Sim.

Em relação à entrada de mais engenheiros, mais juristas, de concursos que estão abertos, é muito difícil encontrar pessoas. As obras dos edifícios militares estão a andar, do tomo 4, já arrancou, do tomo 3, só arranca em janeiro, as empresas não esticam para todas as obras. Pode dizer-se que são sempre as mesmas a atrasar as obras? Não, a Nobresteel, que recuperou o Abrigo da Montanha, também atrasou, uma vez que era para estar pronta em novembro e só estará pronta em fevereiro. Agora ganham mais três obras, sabem as dificuldades com a mão de obra. Fazemos algumas rescisões sancionatórias, fazemos o que podemos.-----

Temos ainda a esperança de que a Ponte do Alqueidão, em Vila Verde, venha a ser financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência. Na reunião com o Ministro Castro Almeida, ficou assente que, agora, com a reprogramação do Plano a partir de 2 de janeiro, as negociações vão ter lugar. Existe a possibilidade de a obra vir a ser incluída, uma vez que há duas pontes que estavam previstas na primeira versão – uma no Algarve e outra aqui na região Centro – que não irão ser executadas. Portanto, estamos na luta. Posso dizer desde já que estou convencido de que estamos muito perto de encontrar uma solução para o edifício das florestas. Este espaço tem de incluir um centro de interpretação ambiental, mas também terá serviços do município. Temos tido várias reuniões com o Presidente do Instituto de Turismo e com outros dirigentes da Administração Pública, e, julgo, que muito em breve este edifício passará para o Município, para a esfera pública, sempre com o devido respeito pelos direitos dos particulares.-----



Em relação à entrada da cidade, a execução dos projetos – não é possível nem passível de avançar neste momento, e já tive ocasião de dizer, que só será viável quando a estação da EDP puder ser transferida, o que só acontecerá a partir do próximo ano.-----

A Vereadora Anabela Marques Tabaçó esteve em reunião com representantes da BP, da entrada da cidade. Temos estado a tentar encontrar uma localização alternativa, ali perto, para instalar aquele posto combustível. Ainda não foi possível encontrá-la, mas está dentro dos nossos propósitos. E a alteração do sentido da Rua Fernandes Tomás enquadra-se naturalmente dentro dessa reformulação.-----

Hoje fomos informados, pelas Águas da Figueira da Foz, que a obra dos Matos, na Freguesia de Marinha das Ondas, estava prevista apenas para maio. Mas deixámos claro, esta manhã, ao Sr. Administrador Executivo, que não – não é para maio, é para janeiro. Queriam substituir o sistema por um sistema de vácuo, ou algo semelhante, mas não, é agora. Esta obra é feita em parceria com a Câmara de Pombal, vamos começar em janeiro ou fevereiro, mas não em maio.-----

Se o orçamento for viabilizado – como tudo indica – quero congratular-me, porque é evidente que, se não fosse aprovado, várias oportunidades seriam desperdiçadas para o Município da Figueira da Foz.-----

Se assim acontecer, congratulo-me com o sentido de responsabilidade de todos, sem querer apontar que é irresponsável quem opta por votar contra. «Cada um sabe de si e Deus sabe de todos».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: "A primeira é uma palavra dirigida às Juntas de Freguesias. Eu acredito que, por muito que se aumentasse, nunca seria suficiente, mas quero chamar a atenção para o facto de que, relativamente a 2024, este orçamento apresenta um aumento superior a 13%, cerca de 107.961.000,00 euros. É um esforço enorme por parte de quem o elaborou, lembrando que, no último ano, já se tinha acrescentado bastante ao que estava inicialmente orçamentado.-----

Depois, não posso deixar de referir que este orçamento contempla, entre despesas de capital, Planos Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, um total de 80 milhões de euros. As ações financiadas, segundo os documentos previsionais, rondam os 59 milhões de euros, a Habitação: 26 milhões de euros, a Educação: 17 milhões de euros; Transportes e comunicações: 13 milhões de euros;- Aqui, queria fazer uma pequena referência à coragem deste Executivo, que está a tentar romper com a ineficácia demonstrada pela Comunidade Intermunicipal da Região



Centro nos últimos três anos. É preciso coragem para fazer este tipo de exercício, até mesmo aos números, para que possamos ter transportes com alguma dignidade no nosso Concelho.-----

Continuando: Energia e Indústria: 6,8 milhões de euros e Saúde: 6 milhões de euros. Além disso, há um ponto que considero importante e que não foi referido: a amortização da dívida, no valor de 1 milhão de euros, está contemplada no orçamento. Mesmo assumindo os financiamentos e amortizações no total de 2 milhões de euros, com juros superiores a meio milhão. Isto representa um esforço muito equilibrado e muito cauteloso.-----

Permitam-me discordar daqueles que dizem: «Meus caros, isto é normal, tínhamos o Portugal 2020, tínhamos os Planos de Recuperação e Resiliência, e só tínhamos que fazer». Não meus senhores. Em 2021, quando este Executivo entrou, não havia projetos com maturidade suficiente para concorrer a estas hipóteses abertas. Em muitos outros locais, que até ficaram à nossa frente proporcionalmente, tinham a maturidade dos projetos já muito mais avançados.-----

Aqui, encontrámos tudo sem nada. Graças ao esforço dos nossos Departamentos, dos nossos funcionários e da liderança deste Executivo, isso foi possível. Por isso, não venham dizer que basta haver subsídios da Europa para que isto seja normal. É evidente que também é necessário implementar, e já percebemos que isso é possível com este Executivo. Porque já percebemos que grande parte destas obras já está em fase de implementação. Naturalmente, há receios quanto à disponibilidade de mão de obra a nível nacional, mas acredito que isso será acautelado. Aliás, como o Presidente da Câmara Municipal acabou de referir, cada obra será inspecionada e os contratos poderão ser rompidos, se necessário.-----

Quando falo dos cerca de 43% de aumento para a fiscalização das obras, isso é um sinal relevante da intenção deste Executivo de vigiar e garantir que tudo isto não é apenas uma miragem.-----

Mas queria também deixar uma palavra política. Não é que tenha saudades, confesso, mas não posso deixar de notar a ausência do líder do grupo municipal do Partido Socialista. Tanto se falou esta semana sobre o possível voto do Partido Socialista, e lamento que o líder desse grupo não esteja presente, para nos dizer cara a cara tudo o que tentou transmitir.-----

Por último, quero referir que o Partido Socialista anda, de facto, muito dividido, e isso nota-se. Congratulo-me com a coragem de alguns deputados do grupo municipal do Partido Socialista aqui presentes, que seguem uma tendência que não são palavras



minhas, mas dos vossos próprios camaradas: como é possível pôr em causa o voto na reabilitação dos centros de saúde de proximidade? Como se pode ignorar a relevância da reabilitação das escolas públicas?-----

E, como é provavelmente a última vez que falo este ano, não queria deixar de desejar a todos um Santo e Feliz Natal, e um 2025 cheio de grandes concretizações e muita amizade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: “Inicialmente, não estava para fazer nenhuma declaração de voto. No entanto, sinto que não ficaria bem com a minha consciência e com as pessoas que votaram em mim e me mandaram para estar presente aqui nesta Assembleia em representação da minha Freguesia, se não o fizesse.-----

Portanto, dizer que subscrevo em grande parte a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Paião, dizer que seremos considerados freguesias do litoral que todos olham como sendo freguesias que levam uma grande parte dos investimentos em detrimento das freguesias do interior.-----

No entanto, as nossas freguesias, e se calhar podemos-nos associar neste aspeto, sendo freguesias que são no Concelho Litoral, ainda assim estão no interior.----

E, pelo menos, depois da explicação que o Presidente fez em relação aos investimentos feitos no Paião, ainda fico mais triste porque, de facto, o investimento na minha Freguesia tem sido escasso.-----

Há o meu reconhecimento, de facto, que este orçamento tem o investimento na educação, na saúde e na habitação, sendo que, principalmente, a saúde nos interessa bastante. Julgo que as obras no nosso Centro de Saúde estarão previstas neste bolo e, de facto, é uma grande necessidade.-----

Ainda assim, fico preocupada com a minha Freguesia depois da intervenção da deputada municipal Isabel Guerreiro Maia, que penso que não conhece realmente a realidade das freguesias.-----

Fico preocupada porque, na discussão que tivemos do Orçamento, o investimento previsto continua a ser escasso. À imagem de 2022 e 2023, temos alguns valores inscritos no Orçamento, mas que se a Junta de Freguesia não tiver capacidade financeira e aquela falta de transferência de capital de que o Presidente há pouco falou, ver-nos-emos na contingência de não termos obras nenhuma feitas na Freguesia.-----

À imagem de 2022 e 2023, a Freguesia não tinha capacidade financeira e, portanto,



aquilo que estava previsto no Orçamento do Município não se verificou na Freguesia. Além de que está agora a ser feita uma das pavimentações previstas para 2023. Portanto, todas as pavimentações programadas para 2024 estão por fazer.----- Penso que será até irrisório estar a referir pavimentações para 2025, porque temos a firme consciência que estas não vão ser realizadas.----- Portanto, ainda assim e fazendo, de facto, este reconhecimento do Orçamento nestas áreas que referi, penso que, pelo menos para a minha Freguesia, e que é aquela pela qual eu me responsabilizo de fazer esta intervenção, não vejo grande futuro. Dizer também, um bocadinho na sequência da intervenção feita pelo Presidente da Junta de Freguesia do Paião, que outros municípios têm feito um investimento muito maior nas suas freguesias, o que me leva a dizer, e mais uma vez, já tivemos também aqui esta conversa, temo que a minha Freguesia comece a ficar na cauda das freguesias, não só do Concelho, mas também do Distrito.----- O que para nós é um grande amargo de boca, porque, de facto, quando nos candidatamos, é para trabalhar para as nossas Freguesias, para que elas cresçam e se tornem um orgulho dos fregueses.----- Pecamos por, de facto, ter falta de verbas para fazer essas obras e acho que é lamentável para nós, mas também para o Município, o facto de termos de andar sempre com a mão estendida a pedir mais e mais apoios, porque sozinhos não temos capacidade para fazer obra.----- É lamentável mesmo!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Se eu olhar para o lado e fingir que não ouvi os conteúdos, não sou eu.-----

Só no último mês foi uma decisão de 35.000,00 € para apoio a despesa a mais nas obras da Sede da Junta de Freguesia de Ferreira. E anteontem assinei o despacho, foi a reunião de Câmara para um apoio de 20.000,00 € à coletividade de Santana, Freguesia de Ferreira-a-Nova, que estava prometida já há meses. Portanto no último mês, em decisões, 55.000,00 €!-----

Estas coisas eu tenho de memória, porque foram há uma semana ou duas. Uma pessoa ouvir dizer que é como se não fosse nada...-----

Agora, eu tenho pena, sinceramente, quando tiveram maioria na Assembleia, na Câmara e nas freguesias, que não tenham convencido os vossos executivos municipais a fazerem essas transferências de capital logo no início do ano. Foi uma pena!---- Agora, é que parece que estamos no inferno. Naquela altura, pronto, tão amigos,



tão próximos, tudo tão próximo e não conseguiram.-----
São eles que são tão maus quanto nós? Ou nós somos tão bons quanto eles? Alguma coisa é?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Como já disse aqui nesta Assembleia e acabei agora de dizer, em 2022 o previsto no Orçamento Municipal para a Junta de Freguesia não foi atribuído, em 2023 não foi atribuído, em 2024, de facto, tivemos o apoio de 35.000,00 € para obras, sendo que o que temos investido na nossa Freguesia em três anos e meio são 45.000,00 €.-----

Senhor Presidente, diga-me se acha que, de facto, eu não devo pedir mais.-----
Diz-me sempre que no passado não pedíamos, mas de facto no passado pedimos, fomos fazendo alguma obra, muito mais do que fizemos nestes três anos de mandato. Lamento, mas não posso dizer o contrário!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O que é fazer um tapete numa freguesia da cor do Executivo Municipal e acabar o tapete à entrada de uma freguesia de outra cor, como o que eu me deparei quando iniciei este mandato!!!-----

Se não me engano, Ferreira-a-Nova e Moínhos da Gândara. Lembra-se? Aí é que eram tempos de vontade firme. É aqui, para ali não vai. Nós não fazemos isso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Eu não sou de elogiar, mas tenho de lhe dizer que o Presidente da Câmara está de parabéns.-----

Está aqui a fazer com que a democracia funcione.-----

É que eu estive no mandato anterior também aqui sentado e não vi nenhum Presidente de Junta falar tanto sobre os orçamentos durante esses quatro anos e, agora, estou a vê-lo.-----

E, portanto, é graças a si que está a transmitir este movimento para que os Presidentes de Junta comecem a falar.-----

É muito interessante ver esta diferença entre um mandato e outro!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Nós nunca precisámos de falar nesta Assembleia Municipal sobre os orçamentos e sobre os problemas que tínhamos na Junta de Freguesia porque podíamos fazê-lo ao longo do ano.-----



Ao longo do ano, nós tínhamos reuniões com o Executivo, aliás, eram conhecidas as reuniões mensais com o Executivo, que é coisa que não temos atualmente. Não poderão dizer o contrário.-----

Nós não necessitávamos de vir, e bem, para a Assembleia Municipal referir quais eram as fragilidades das nossas freguesias e do nosso Município porque o fazíamos durante o ano, durante os meses e até mesmo os dias.-----

O deputado municipal, Manuel Rascão Marques, várias vezes nos incentivou a falarmos nas Assembleias. Agora que falamos, aparentemente, sente-se muito ofendido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia e Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Margarida Pinto Cunha, Clarisse Silva Oliveira e José Coelho Silva, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, catorze abstenções dos restantes membros do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e um voto contra do membro do Partido Socialista Vitor Gonçalves Alemão:-----

1. - Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2025-2029 e Orçamento para o ano de 2024, o qual integra os documentos e anexos previstos no art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação;-----

2 - Aprovar as Normas de Execução Orçamental;-----

3 - Tendo em vista a simplificação e celeridade processuais e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, autorizar previamente o Município da Figueira da Foz a assumir compromissos plurianuais que resultem de projetos, ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, ou de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma financeiro e de trabalhos de investimentos ou outros legalmente previstos, desde que não impliquem aumento da despesa;-----

4 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de



fevereiro, na sua última redação, delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a assunção de compromissos plurianuais cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua adjudicação e o prazo de execução de três anos; -----

5 - A assunção dos compromissos a coberto da autorização prévia e da delegação de competências, só será possível, quando para além das condições previstas nos pontos quatro e cinco da presente deliberação, sejam respeitadas as regras e procedimentos determinados pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e demais requisitos legais de execução de despesas, e sem prejuízo das disposições emergentes do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho; -----

6 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal o Município da Figueira da Foz deverá apresentar informação elencando os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização genérica. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

JOSÉ COELHO SILVA apresentou a seguinte declaração de voto: "Primeiro, quero congratular-me com a intervenção do meu colega e amigo José Alberto Carvalho, porque me revejo nas suas palavras e nas dificuldades que defrontamos no dia a dia como autarcas das freguesias. -----

O meu sentido de voto vai ser a favor deste Orçamento. -----

E queria lembrar aqui, também, que a deputada municipal Isabel Guerreiro Maia está um bocadinho desfasada das Freguesias. Nos anos de 2023 e 2024 não foi gasto um cêntimo na Freguesia de Lavos em relação àquilo que foi combinado nas reuniões efetuadas para preparação do Orçamento Municipal. -----

Todavia, como acredito na palavra das pessoas e que ainda é possível aquilo que foi prometido para a Freguesia de Lavos ser feito, vou votar favoravelmente. ----

E espero bem que os compromissos que temos para 2025, logo que este Orçamento Municipal esteja em vigor essas obras sejam concretizadas." -----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES apresentou a seguinte declaração de voto: "Claramente, este não seria o nosso Orçamento, já que em algumas rubricas seriam diferentes as nossas prioridades. -----

Uma delas, e como já apontamos anteriormente, esta é mais uma oportunidade perdida no que ao Imposto Municipal sobre Imóveis diz respeito. -----

Contudo, saúda-se a preocupação manifestada em relação às questões da habitação,



da educação e da saúde, parecendo-me embora as verbas destinadas a estes últimos itens algo diminutas, como já podíamos adivinhar que aconteceria no processo de transferência das competências do poder central para as autarquias.-----
Desta análise resultou o voto que apresentámos: a abstenção.”-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: “O exercício da política é, acima de tudo, um exercício de responsabilidade. E a minha responsabilidade não se limita só aos meus fregueses, mas abrange também todos os figueirenses, pois não posso esquecer o slogan da nossa campanha e do nosso programa eleitoral: «Figueira mais qualidade de vida».-----

Hoje, o Executivo Municipal da Figueira da Foz apresenta um Orçamento ambicioso, no valor de cerca de 139 milhões de euros, um marco histórico para o nosso Município. Este Orçamento reflete um compromisso estratégico com pilares essenciais, como dizia a canção de Sérgio Godinho, «Só há liberdade a sério quando houver: Paz, Pão, Habitação, Educação e Saúde», áreas que são verdadeiros ícones de progresso e desenvolvimento.-----

Com visão e responsabilidade, a Autarquia demonstrou capacidade de identificar e aproveitar mecanismos cruciais de financiamento, como o Plano de Recuperação e Resiliência, o Portugal 2020 e o Portugal 2030.-----

Este esforço está alinhado com as oportunidades criadas pelo Governo, liderado pelo antigo Primeiro Ministro António Costa, e é resultado de uma gestão atenta às necessidades da comunidade, muitas das quais já haviam sido identificadas em mandatos anteriores liderados pelo Partido Socialista.-----

É fundamental reconhecer que esta proposta de Orçamento reflete a continuidade de um trabalho estratégico que qualquer força política, em benefício do Município, não deixaria de aproveitar. Se estivesse no poder, acredito seguramente que o Partido Socialista adotaria as mesmas medidas e tomaria decisões semelhantes, aproveitando de forma eficaz as oportunidades de financiamento disponíveis.-----

Não posso ignorar a relevância deste Orçamento no que diz respeito a áreas cruciais para o futuro do nosso Concelho. A reabilitação das escolas públicas, como a EB 2/3 Dr. Pedrosa Veríssimo, que tenho acompanhado de perto não apenas como autarca, mas também como mãe, pois os meus filhos frequentaram-na - e um deles ainda frequenta. Também a Escola Bernardino Machado, que carece de obras urgentes, é uma prioridade indiscutível.-----

Não posso deixar de reconhecer a importância da reabilitação da Piscina do Paião que, embora fora da minha Freguesia, é um espaço amplamente utilizado por muitos



dos meus fregueses. Da mesma forma, este Orçamento prevê intervenções fundamentais como a construção e reabilitação de centros de saúde, garantindo o acesso a cuidados de saúde mais dignos e eficazes, e a criação de habitação acessível, um passo essencial para melhorar as condições de vida de quem mais precisa.-----

Mas, mais do que tudo, este Orçamento simboliza um compromisso há muito aguardado: a construção da nova Ponte sobre o Rio Mondego. Esta obra, tão ansiada pelos meus conterrâneos, foi e continua a ser um percurso longo e cheio de avanços e recuos, mas que agora espero ver materializar-se definitivamente, fruto de muita resiliência e persistência tanto da minha parte como do senhor Presidente da Câmara.-----

Contudo, não posso ignorar a falta de investimento ou investimento insuficiente na minha Freguesia e na maior parte das Freguesias, nos últimos três anos, uma situação que lamento profundamente.-----

Houve iniciativas importantes que ficaram aquém do esperado, mesmo estando previstas em orçamentos anteriores. Refiro-me, por exemplo, à requalificação do Jardim Alfredo Marques, uma obra há muito desejada pela nossa comunidade e que constava já no Orçamento desde 2022.-----

A requalificação do Campo de Jogos e a substituição do piso da Piscina do Alqueidão, que já não oferece condições de segurança, continuam por realizar, colocando em risco quem utiliza esses espaços. Não posso esquecer, ainda, a requalificação do Quintal das Laranjeiras e as necessárias pavimentações em várias ruas da Freguesia, todas elas intervenções há muito aguardadas.-----

Apesar das críticas, o meu voto será favorável. Reconheço a importância de manter uma postura construtiva e mostrar fair play, mesmo para aqueles que possam considerar que me falta essa qualidade,-----

Quero acreditar que, com um Orçamento tão expressivo, haverá margem para atender a estas e outras necessidades, não só na minha Freguesia, mas em todas as Freguesias do Concelho.-----

É uma pena que as Freguesias não possam candidatar-se diretamente a fundos e financiamentos do Plano de Recuperação e Resiliência, pois estou certa de que a minha Freguesia e todas as outras saberiam aproveitar essas oportunidades com eficácia.-----

Ainda assim, espero que o Executivo Municipal encontre forma de direccionar recursos para dar resposta às necessidades identificadas. Quero também sublinhar que um orçamento só pode ser considerado bom se for efetivamente executado.-----



Embora possa suscitar dúvidas sobre a sua exequibilidade, espero que os serviços da Câmara Municipal consigam dar resposta aos desafios apresentados por este Orçamento e pelos financiamentos associados.-----

Estarei atenta à sua execução e, quando chegar a altura de prestar contas, cá estarei para pedir esclarecimentos, se necessário. Aliás, se sobrar alguma verba neste Orçamento e o Executivo não souber como utilizá-lo, terei todo o gosto em sugerir ideias - porque essas, asseguro-vos, não me faltam."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL apresentou a seguinte declaração de voto:

"Congratulo-me por este Orçamento privilegiar, de forma clara e inequívoca, um alto investimento em áreas fundamentais para todos os munícipes e para todos os que delas poderão beneficiar, saúde, habitação e educação.-----

Acresce que ele acolhe uma proposta da Vereadora, Glória Pinto, que preconiza a resolução de uma situação muito injusta, a arrastar-se há anos, mediante abertura de um procedimento concursal, que se destina a dar aos atuais assistentes operacionais que desempenham funções na área dos sapadores florestais a possibilidade de possuírem idênticas oportunidades e tratamento em termos de carreira à dos sapadores bombeiros florestais. Falamos, obviamente, dos mesmos conteúdos funcionais e, por isso, aplica-se aqui o princípio da igualdade. Trata-se, de resto, de um direito constitucionalmente consagrado.-----

Voto favoravelmente, em consciência e no exercício da minha responsabilidade de representar os interesses dos Munícipes Figueirenses."-----

5.2 - MAPA DE PESSOAL PARA 2025

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Mapa de Pessoal de 2025, ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua última redação, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Este documento foi votado favoravelmente na reunião ordinária de Câmara de 28 de novembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Muito rapidamente para dizer que, segundo me parece, o Mapa aqui apresentado está errado. Há aqui uma incongruência entre a Divisão de Estudos e Projetos e a Divisão de Gestão de Empreitadas, uma pessoa que devia estar numa delas e está na outra.-----

Mas isso é passível de correção, como é evidente."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia, Sérgio Resende Marques e José Coelho Silva, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atualizada, deliberou, por maioria, com vinte votos a favor dos membros do Partido Socialista, Margarida Pinto Cunha, Júlio César Loureiro e Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira do Partido Social Democrata e do Bloco de Esquerda, treze abstenções dos restantes membro do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar o Mapa de Pessoal para 2025.--
Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.3 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2025 DA FIGUEIRA DOMUS -
EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE HABITAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ,
E.M.**

Foi presente o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., nos termos do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, acompanhado do parecer sobre as mesmas apresentado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, documentos que ficarão devidamente arquivados na Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M., e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.

Este processo foi votado favoravelmente na reunião ordinária de Câmara de 28 de novembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia, Sérgio Resende Marques e Carlos Neves Batata, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob



proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e da alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atualizada, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e Partido Social Democrata, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 – ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração da constituição do júri do procedimento concursal para dirigente intermédio de 2.º grau, tendo em vista o provimento definitivo do cargo dirigente de Chefe de Divisão de Educação.-----
Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 28 de novembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia, Sérgio Resende Marques e Carlos Neves Batata, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a designação do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Educação, o qual terá a seguinte constituição:-----

– Chefe de Divisão de Educação

Presidente – Joaquim Luís Medeiros Alcoforado, Professor Associado, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra;-----

Primeiro Vogal Efetivo – Fernando Manuel Cortez Rovira, Diretor do Departamento de Educação e Saúde, do Município de Coimbra, que substitui o Presidente do Júri



nas suas faltas e impedimentos; -----

Segunda Vogal Efetiva - Dora Margarida Pires de Jesus Simões, Chefe de Divisão de Educação, do Município de Coimbra; -----

Vogal Suplente - Ana Sofia Ruivo Canas, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo, do Município da Figueira da Foz. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.5 - CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO DE BIBLIOTECA E ARQUIVO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a constituição do júri do procedimento concursal para dirigente intermédio de 2.º grau, tendo em vista o provimento definitivo do cargo dirigente de Chefe de Divisão de Biblioteca e Arquivo. -----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 28 de novembro de 2024. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação. -----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia, Sérgio Resende Marques e Carlos Neves Batata, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a designação do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Biblioteca e Arquivo, o qual terá a seguinte constituição: -----

- Chefe de Divisão de Biblioteca e Arquivo

Presidente - Maria Carlos Chieira Mariano Pego, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, do Município de Coimbra; -----

Primeira Vogal Efetiva - Isabel Maria Guimarães Costa Henriques, Assessora da Presidente do Conselho de Administração da Fundação Bissaya Barreto, que substitui a Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; -----

Segundo Vogal Efetivo - Daniel Machado de Melo, Chefe de Divisão de Arquivo Geral Municipal, do Município de Coimbra; -----



Vogal Suplente - Susana Paula Gomes Simões Mota, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, do Município da Figueira da Foz.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ALHADAS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alhadas, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

A Área de Reabilitação Urbana do Alqueidão tem os objetivos estratégicos de incentivar a reabilitação do edificado degradado e devoluto; promover a captação de novos residentes; valorizar o património referenciado, designadamente os imóveis com valor patrimonial e os elementos de interesse patrimonial; bem como preservar a identidade e a singularidade do aglomerado urbano da Freguesia de Alhadas.----

Uma vez que a reabilitação urbana pretendida incide, primacialmente, sobre o edificado existente, a Área de Reabilitação Urbana do Alqueidão deverá ser executada através de uma Operação de Reabilitação Urbana Simples, a qual deverá ser aprovada no prazo máximo de três anos após a aprovação da Área de Reabilitação Urbana, sob pena de caducidade desta última.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 28 de novembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia, Sérgio Resende Marques e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alhadas, cuja Operação de Reabilitação Urbana Simples terá de ser obrigatoriamente aprovada no prazo de três anos, sob pena de caducidade.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - REGULAMENTO MUNICIPAL «FIGUEIRA CUIDA MELHOR»

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para análise e votação o Regulamento Municipal «Figueira Cuida Melhor», cuja versão final se dá aqui por integralmente



reproduzida, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----
Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, não tendo sido recebidos quaisquer contributos/sugestões.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 28 de novembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Quem avalia as exceções aqui previstas no Regulamento? Onde vai funcionar o serviço?-----

Queria falar sobre o n.º 4 do art.º 10.º que determina que o valor do preço aplicável depende do serviço contratualizado e é revisto e atualizado a cada contrato de prestação de serviços, em função da tabela de preços apresentada ao Município pela entidade adjudicatária.-----

Primeiro, não percebo bem porque é preço e não taxa, porque a taxa é paga ao Município e sendo preço será para se pagar à empresa, sem haver questões jurídicas aqui no meio.-----

Imaginemos, neste momento são 95 € por dia, se houver uma isenção de 90% que é o máximo, alguém poderá beneficiar de um valor de 2.565 € e pagar 285 €.-----

No entanto, segundo o artigo invocado, imaginemos que a empresa decide que deixa de ser 95 € e passa a ser 150 €, então os valores são completamente diferentes. A câmara passa a apoiar 4.050 € e o beneficiário desta proposta absolutamente essencial para a nossa Cidade, pagaria 450 €.-----

Eu gostava de ser esclarecida sobre isso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "As isenções a conceder têm de vir ao competente Órgão Municipal. É feita a avaliação pelos serviços, é feita a informação, é dado o parecer e são os Órgãos do Município que decidem o montante da isenção a conceder. Salvo delegação de competências, mas que para o efeito não existe, nem virá a existir.-----

Portanto é nos termos em que normalmente se passa também em processos equivalentes. Os serviços da área social da Câmara analisarão as condições das pessoas e depois vai à Câmara.-----

Todas as isenções que sejam dadas têm de ir a reunião de Câmara. Portanto é



público.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Eu não tenho dúvidas que é a Câmara que atribui as isenções.-----

A minha dúvida é se não corremos o risco do preço aplicável do serviço que é contratualizado com determinada empresa, subir, por exemplo, de 95 € por cama/dia para 150 €, a Câmara Municipal passará de um apoio de 2.500 € para um apoio de 4.050 €.-----

Isto é possível? Não há limites?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Não! Se for por isenção ou redução decidida pelo Município, é a Câmara que tem de suportar a despesa e o pagamento se o encargo não existir por responsabilidade nossa.-----

Outra coisa é se for a empresa contratada a falhar ou a não fazer a prestação de serviço, porque aí tem de ser deduzido.-----

Agora, se for por decisão nossa, aí temos de pagar o mesmo à empresa. Nós é que suportamos o encargo com o benefício que atribuímos a um cidadão ou uma cidadã carenciada ou carenciada.-----

Agora, fazemos um contrato e depois, imagine, dávamos isenção a todos, isso é impossível, não é? Portanto, se for nossa decisão é nosso encargo, é assim que posso dizer, não posso dizer mais.-----

Não pode haver aumento. É o que está estipulado. Para haver aumento tinha de vir aqui.-----

Nós suportamos a diferença entre o que é pago pelo utente e o valor que está contratualizado. Por isso, é responsabilidade nossa se houver uma dedução, se houver uma isenção. Mas, também não pode haver aumento em relação ao que está contratado.-----

A deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves também colocou a questão da taxa e do preço, não foi? Agora, não posso responder, mas tomei boa nota e a Vereadora Olga Pedrosa Brás também, e vamos ver a questão. Eu acho que não é taxa porque há um preço pelo serviço, há um custo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia e Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar o Regulamento Municipal «Figueira Cuida Melhor».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES apresentou a seguinte declaração de voto: "Apesar de eu achar que se trata de um serviço absolutamente essencial, necessário e de saudar, não fiquei esclarecida relativamente ao ponto 4 do art.º 10.º."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Só acrescentar que o Chefe da Divisão de Finanças e Património me informou que o custo, como é evidente, tem um carácter de obrigatoriedade, daí não pode haver essa alteração."-----

A única coisa que pode acontecer é o Município suportar parte desse custo por avaliar que aquela pessoa tem uma condição social precária, muito limitada e, portanto, ajuda. E essa ajuda é o Município que suporta."-----

Agora, o que paga a quem presta o serviço é o mesmo porque é o que está contratado, e a culpa não é deles. Não são eles que suportam as deduções as isenções. Não é isso que está no contrato."-----

5.8 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2023

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2023, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, este Relatório foi previamente enviado aos titulares do Direito de Oposição na Assembleia Municipal para se pronunciarem, caso assim o entendessem, não tendo sido rececionadas quaisquer reclamações.-----

Este documento foi aprovado em sede de reunião ordinária de Câmara de 06 de



dezembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia e Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da alínea h) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Margarida Pinto Cunha e Júlio César Loureiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e Partido Social Democrata, dezasseis abstenções dos restantes membros do Partido Socialista e dos membros da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2023, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.--
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - ALINHAMENTO DAS FUNÇÕES DOS ASSISTENTES OPERACIONAIS DA ÁREA DE SAPADORES FLORESTAIS COM AS DE SAPADOR BOMBEIRO FLORESTAL (REGIME DE CARREIRAS NÃO REVISTAS) E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025- EXTRA-AGENDA

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta de alinhamento das funções dos Assistentes Operacionais da área de Sapadores Florestais com as de Sapador Bombeiro Florestal (regime de carreiras não revistas) e consequente alteração ao Mapa de Pessoal de 2025, nele se criando dez postos de trabalho de Sapador Bombeiro Florestal, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado.-----

O Mapa de Pessoal dá-se aqui por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 17 de dezembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Clarisse Silva Oliveira.-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA: "Congratulo-me por participar na votação deste ponto relativo à criação da carreira de Sapador Bombeiro Florestal na Figueira da Foz.



Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão, reconheço a importância destes profissionais enquanto agentes de proteção civil e ambiental. Esta valorização demorou, mas veio corrigir uma situação que os desvalorizava, tanto em termos salariais como em relação às funções de responsabilidade e esforço que desempenham diariamente.-----

Reconheço a sua resposta rápida em situações com vespas velutinas, bem como em situações urgentes sempre que são solicitados.-----

Uma palavra de reconhecimento a todos, sem exceção, mas, enquanto mulher, gostaria de dirigir uma palavra especial às mulheres destas equipas que executam trabalhos árduos, muitas vezes em condições desafiantes.-----

Para terminar, não posso deixar de apoiar a aceitação e aprovação da proposta apresentada pela Vereadora Glória Costa Pinto do Partido Socialista, que propôs e lutou convictamente e desinteressadamente pela criação da carreira de Sapadores Bombeiros Florestais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Mais uma vez, e enquanto também Presidente Junta, desta feita da área Norte, é claro que não podíamos deixar de nos associar a esta votação.-----

Já fiz questão de o referir aqui nesta Assembleia e hoje reforço, que o papel dos sapadores florestais é bastante importante na nossa Freguesia.-----

Sendo a minha Freguesia também uma zona bastante arborizada, bastante florestal, não é demais reforçar o bom entendimento e o apoio que temos tido destas equipas, nomeadamente na limpeza de Santa Eulália, um espaço da área do Município, mas em que normalmente é a Junta de Freguesia que toma a liderança da limpeza do mesmo, pelo menos uma vez por ano.-----

Portanto, assim sendo, e reconhecendo o trabalho e a relação que eles sempre tiveram com a nossa Freguesia, de facto, associámo-nos a esta votação favorável."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia e Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao



abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua última redação, art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 86/2019, de 02 de julho e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada, deliberou, por unanimidade, aprovar o alinhamento das funções dos Assistentes Operacionais da área de Sapadores Florestais com as de Sapador Bombeiro Florestal (regime de carreiras não revistas) e a consequente alteração ao Mapa de Pessoal de 2025, nele se criando dez postos de trabalho de Sapador Bombeiro Florestal, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.10 - RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO
RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2024 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO
AUDITOR EXTERNO - PARA CONHECIMENTO**

Presente um Relatório da situação económica e financeira do Município da Figueira da Foz reportada ao período de janeiro a junho de 2024, elaborado pelo Departamento de Administração Geral e Finanças/Divisão de Finanças e Património, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

O auditor externo, Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia e Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, tomou conhecimento do Relatório da Situação Económica e Financeira do Município da Figueira da Foz, reportada ao primeiro semestre de 2024, sobre o qual o auditor externo Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema



de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

**5.11 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL EM 22 DE DEZEMBRO DE 2023 - PARA CONHECIMENTO**

Pela Divisão de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 02 de dezembro de 2024, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número nove à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 06 de dezembro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia e Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente os membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, João Raul Portugal, Célia Silva Morais, Victor Santos Madaleno, José Fernando Correia e Sérgio Resende Marques, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 10 da Sessão Ordinária de 20-12-2024

membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----